

Esta obra vem a cumprir um dos objetivos do AVANTE, referente ao compromisso de estimular a produção, sistematização e difusão do conhecimento sobre Educação Física, Esporte, Lazer, Política e Formação. Para além dessa responsabilidade, podemos afirmar que esse livro, simultaneamente, é reflexo e avesso do atual processo de produção industrial de conhecimento científico. Isso porque, se o que garante materialidade a esse livro é um conjunto de artigos isolados (forma de publicação priorizada pelo meio acadêmico-científico), é igualmente verdade que o leitor mais atento perceberá no conteúdo dos textos aqui presentes a preocupação de seus autores com a utilização das armas da crítica e com a relevância social daquilo que produzem.

Portanto, não se trata de realizar a crítica pela crítica e tampouco de alimentar utopismos. Entretanto, o leitmotiv desse livro – o entendimento da realidade para sua transformação – carrega em si aquela utopia liricamente descrita por Galeano, que nos mantém em permanente movimento em uma incessante procura por um mundo mais humano e menos desigual, carrega as esperanças loucas, mas que, como Saramago nos ensinou, dão sentido à vida, também carrega consigo a tentativa de manter ardente os sonhos, brilhantemente representados no clássico de Cervantes. Esperamos, que você leitor, ao tomar contato com este livro, nos acompanhe nesse caminhar.



Wagner Matias | Pedro Fernando Athayde
Fernando Mascarenhas | (organizadores)

POLÍTICAS DE ESPORTE NOS ANOS LULA E DILMA

Wagner Barbosa Matias
Pedro Fernando Athayde
Fernando Mascarenhas
(organizadores)

POLÍTICAS DE ESPORTE NOS ANOS LULA E DILMA



coleção
DOSSIÊ
THE SAURUS



Universidade de Brasília



POLÍTICAS DE ESPORTE NOS ANOS LULA E DILMA

ORGANIZADORES

Wagner Barbosa Matias
Pedro Fernando Athayde
Fernando Mascarenhas

coleção
DOSSIÊ
T H E S A U R U S

 **REDE
CEDES**
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO
ESPORTE RECREATIVO E DO LARCA

FICHA TÉCNICA:

ARTE-FINAL DA CAPA
Tagore Alegria

REVISÃO
Tagore Alegria

DIAGRAMAÇÃO
Cláudia Gomes

Editor
Victor Tagore

Conselho Editorial
Aldo Antonio Azevedo
Alfredo Feres Neto
Cristiane de Mello Sampaio
Dulce Filgueira de Almeida
Edson Marcelo Húngaro
Fernando Mascarenhas
José Machado Filho
Ingrid Dittrich Wiggers
Komiku Misuta
Lino Castellani Filho
Lourdes Bandeira
Manuela Alegria
Pedro Fernando Athayde
Sadi Dal Rosso

P760 Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma / Organizado por Wagner Barbosa Matias; Pedro Fernando Athayde e Fernando Mascarenhas. – Brasília: Thesaurus, 2015.
264 p. ; il.

1. Política Públicas 2. Lazer e Esporte 3. Educação. I. Matias, Wagner (org.) II. Athayde, Pedro Fernando (org.) III Mascarenhas, Fernando (org.). V.Título

CDU 379.8
CDD 379

ISBN: 978-85-64494-55-8

Todos os direitos em língua portuguesa, no Brasil, reservados de acordo com a lei. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação ou informação computadorizada, sem permissão por escrito dos organizadores. THESAURUS EDITORA DE BRASÍLIA LTDA. SIG Quadra 8, lote 2356 – CEP 70610-480 – Brasília, DF. Fone: (61) 3344-3738 – Fax: (61) 3344-2353, www.thesaurus.com.br, e-mail: editor@thesaurus.com.br

Composto e impresso no Brasil
Printed in Brazil

Apresentação..... 11

Parte I – Agenda do Esporte

CAPÍTULO I
Megaeventos esportivos e Educação Física: alerta de tsunami ... 19
Fernando Mascarenhas

CAPÍTULO II
Megaeventos esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano 47
Lino Castellani Filho

CAPÍTULO III
Jogos olímpicos rio 2016: vencedores e perdedores 69
Wagner Barbosa Matias
Fernando Mascarenhas

CAPÍTULO IV
Lulismo e futebol: os discursos de um torcedor presidente 93
Fernando Mascarenhas
Silvio Ricardo da Silva
Mariângela Ribeiro dos Santos

Parte II – O Tema do Financiamento

CAPÍTULO V

Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no governo Lula..... 117

Pedro Fernando Athayde

Fernando Mascarenhas

Evilásio Salvador

CAPÍTULO VI

A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil 141

Wagner Barbosa Matias

Pedro Fernando Athayde

Edson Marcelo Húngaro

Fernando Mascarenhas

CAPÍTULO VII

O financiamento do esporte olímpico no Brasil: uma análise do ciclo de Londres (2009-2012)..... 161

Marcelo Resende Teixeira

Wagner Barbosa Matias

Fernando Mascarenhas

Parte III – Os Programas Sociais

CAPÍTULO VIII

O “lugar do social” na política de esporte do governo Lula..... 187

Pedro Fernando Athayde

CAPÍTULO IX

Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer da Cidade 211

Marcelo Resende Teixeira

Wagner Barbosa Matias

Pedro Fernando Athayde

Fernando Mascarenhas

CAPÍTULO X

Programa de formação esportiva na escola – Atleta na Escola: fundamentos lógicos e circunstâncias históricas 239

Nadson Santana

Edriane Nascimento

Pedro Fernando Athayde

Fernando Mascarenhas

Sobre os autores..... 261

Compreender um período histórico (os últimos 12 anos) ou um fenômeno social (o esporte) não é tarefa simples. Quando se decide trilhar esse caminho a partir de uma perspectiva de análise crítica e dialética, torna-se uma empreitada tão mais complexa e desafiadora. Especialmente porque, nesse caso, deixa de ser uma opção apenas de preferência metodológica ou filosófica, e passa a refletir um compromisso ético-político. Afinal, na esteira dos ensinamentos de Marx, mais do que compreender uma determinada realidade, importa-nos transformá-la em prol de uma sociedade emancipada, sem alienação, reificação ou opressão (social ou de gênero).

Se somarmos os enormes desafios descritos acima de caráter universal às particularidades da formação socioeconômica brasileira, bem como às vicissitudes contemporâneas de um dos períodos mais férteis da nossa curta trajetória democrática, nosso expediente ganha um correspondente simbólico de contornos enigmáticos, sumariados pelo enigma da esfinge; *Decifra-me ou devoro-te!*

Como todo enigma, encontrar sua solução corresponde a um enorme desafio de reflexão. Ademais, corroboramos com as conclusões de Carlos Nelson Coutinho¹ de que mesmo que viéssemos a decifrar os enigmas de nosso tempo – algo ainda distante de acontecer – provavelmente continuaríamos a ser praticamente devorados. De qualquer modo, um dos desafios lançados a esse livro refere-se ao

¹ COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de et al. (orgs.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

resgate do protagonismo da grande política na ordem do dia, que, conforme o autor citado, é o principal mecanismo para romper com a hegemonia da pequena política e com a servidão financeira da formação tardo-capitalista.

Sem querer reproduzir um discurso de caráter tautológico, parece-nos evidente que os acontecimentos políticos de 2003 consolidaram um marco na trajetória histórico-política brasileira. Na esfera subjetiva, foi um momento marcado por contornos cinematográficos devido à singular e emocionante vitória pessoal de um personagem cuja origem de classe encontra-se naqueles que Florestan Fernandes denominou *de os de baixo*. O ineditismo também se fazia presente na esfera institucional, em razão da chegada ao Governo Federal de um partido de massa (nos termos de Gramsci), conformado por uma interface singular, que reuniu sob um mesmo espectro movimento dos trabalhadores, organização sindical, comunidades eclesiais de base e setores de oposição à autocracia burgo-militar e ao projeto neoliberal implementado no Brasil desde o princípio da década de 1990.

A transição ocorrida em 2003 tomou corpos e mentes, que passaram a alimentar o que Ernst Bloch, referindo-se aos movimentos de 1968 na Europa, chamou de “imagens-de-desejo”. Nas palavras do próprio presidente Lula, a esperança de mudanças havia derrotado o temeroso conservadorismo. Essa esperança abrigava uma ampla gama de anseios populares, capitaneados precipuamente pelo enorme desejo de redução da desigualdade social, de melhoria das condições de trabalho, de reforma agrária, em suma, de garantia dos direitos de cidadania. Ou seja, existia uma expectativa eufórica, traduzida por Michel Löwy², no desejo de que um outro Brasil fosse possível, um país no qual os pobres tivessem enfim vez e voz.

No entanto, não tardou muito para que o transcorrer da história demonstrasse aos campos progressistas e críticos – e mesmo a alguns setores populares – que a melhor postura a ser adotada seria um ceticismo parcimonioso, ao invés de uma aspiração entusiástica. As mo-

2 LÖWY, M. A dança das estrelas ou um outro Brasil é possível? Revista Margem Esquerda, São Paulo: Boitempo, n. 1, p. 42-45, maio 2003.

deradas opções iniciais do governo, limitadas pelo constrangimento de acordos firmados durante a campanha eleitoral, demonstraram que o resultado da partida não foi alterado, pois, segundo as palavras de Gaudêncio Frigotto³, mais uma vez “o medo está vencendo a esperança”.

Decifrar o enigma representado pelo governo Lula – e legado à presidente Dilma Rousseff – não é um problema que possa ser resolvido levando-se em consideração tão-somente a dicotomia entre esperança e medo. Uma análise, que se proponha a esse desafio, deve ter uma postura madura e coerente capaz de considerar as contradições presentes na esfera econômica, política e social, possibilitando perceber dentro de um movimento de continuidade e descontinuidade os avanços e limites deste período.

A alusão metafórica ao enigma da esfinge é válida seja como representação simbólica de poder, seja como caricatura enigmática. A primeira analogia refere-se ao esforço e às estratégias políticas adotadas pela equipe governamental junto a sua base aliada para alcance de uma dita governabilidade, bem como a conformação de um bloco hegemônico, mesmo que heteróclito. Já a dimensão ambígua – quase indecifrável – diz respeito ao risco que qualquer intérprete dos últimos 12 anos de governo democrático-popular corre em ser “devorado” caso não decifre a complexidade inerente à totalidade dialética e contraditória deste momento singular da história política nacional.

Consciente dos desafios e limites impostos pelo cenário descrito nos parágrafos anteriores, o Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (AVANTE/UnB) – desde de 2010 – tem se dedicado ao estudo dos seguintes temas: (i) políticas de esporte e lazer; e (ii) Educação Física, Formação e Trabalho. Este livro reúne a produção do AVANTE referente a sua linha de pesquisa sobre políticas de esporte e lazer, unificando um conjunto de publicações dispersas sob a forma de artigos científicos a respeito das políticas esportiva brasileiras recentes.

3 FRIGOTTO, G. Brasil e a política econômico-social: entre o medo e a esperança. Revista Observatório Social da América Latina (OSAL), Buenos Aires, CLACSO, Ano V, n. 14, Maio/Ago. 2004.

Para apreciar as idiossincrasias do governo Lula e Dilma na área esportiva, esse livro se dedicará, a partir de uma reflexão crítica, à análise de diferentes dimensões, aspectos e indicadores necessários à organização das políticas públicas e sociais. O primeiro bloco de textos caracterizará a agenda pública para o esporte, identificando as demandas priorizadas pela ação governamental, escolhas que são influenciadas pelos tomadores de decisão da esfera pública e pelos grupos de interesse privados. Em larga medida, esse diálogo tem resultado numa opção consensual de priorização de investimento nos megaeventos esportivos, acontecimentos acentuadamente permeados pela dimensão econômica-corporativa.

A segunda seção de textos deste livro contempla uma temática de extrema importância, mas que ainda reserva certa incipiência no âmbito dos estudos sobre políticas esportivas, nos referimos ao tema do financiamento. Partimos do pressuposto, que o fundo público tipifica, em certa medida, as determinações presentes na relação entre Estado e sociedade. Por conseguinte, o tema do financiamento se apresenta como uma chave interpretativa da vida política de uma sociedade, uma vez que denota sobre que classe ou fração de classe incide o maior ou menor ônus, bem como quais serão os beneficiados com os gastos e investimentos previstos.

A terceira parte do livro destacará os programas sociais esportivos desenvolvidos pelo Governo Federal. Entre as diversas ações implantadas, optou-se por aquelas de maior destaque e visibilidade, quais sejam: o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade. A gênese e desenvolvimento desses programas não se realiza em um cenário harmônico. Ao contrário disso, observa-se uma conjuntura conflituosa que abriga uma série de embates entre os próprios programas, bem como entre as distintas manifestações esportivas, entre os interesses públicos e privados, entre as dimensões social e econômica.

Caminhando para o encerramento desta apresentação inicial, vale mencionar que esse livro localiza-se em um universo acadêmico-científico dominado e conduzido por uma concepção asséptica de ciência, que esteriliza o fazer científico de axiomas, ideologias e engajamentos político-sociais.

Somos herdeiros do Renascimento e do Iluminismo, mas refutamos parte dessa herança para ficar tão-somente com a parcela deixada pelo positivismo, que na contemporaneidade ganha adjetivações e derivações mais sofisticadas.

Uma das consequências engendradas por esse raciocínio pragmático é a mobilização de pesquisadores em torno de uma produção científica que se assemelha a uma linha de produção industrial do século XVIII (para atualizar os termos, poderíamos compará-la a células ou unidades organizacionais de multinacionais do século XXI). Frente a esse cenário, observa-se uma proliferação de periódicos e artigos científicos internacionais e nacionais. Em meio a essa orbe consolida-se uma série de inversões, a quantidade assume o lugar da qualidade, o internacionalismo passa a ser o parâmetro de relevância científica, a neutralidade da pesquisa secundariza o compromisso político do pesquisador, a concisão e a objetividade estereotipam a riqueza literária.

De um lado, produz-se muito, de forma desenfreada, cada vez mais e, de outro lado, tem-se cada vez menos consciência da importância e da finalidade daquilo que se produz/publica. Esse *modus operandi*, denominado de produtivismo, opera sobre uma lógica perversa, que exila os que se negam a adaptar-se a ela. Entre os exilados encontramos a romantizada e anacrônica figura do livro, sufocada em meio ao periodismo e o universo dos *papers*.

Inicialmente, essa obra vem a cumprir um dos objetivos do AVANTE, referente ao compromisso de estimular a produção, sistematização e difusão do conhecimento sobre Educação Física, Esporte, Lazer, Política e Formação. Para além dessa responsabilidade, podemos afirmar que esse livro, simultaneamente, é reflexo e avesso do atual processo de produção industrial de conhecimento científico. Isso porque, se o que garante materialidade a esse livro é um conjunto de artigos isolados (forma de publicação priorizada pelo meio acadêmico-científico), é igualmente verdade que o leitor mais atento perceberá no conteúdo dos textos aqui presentes a preocupação de seus autores com a utilização das armas da crítica e com a relevância social daquilo que produzem.

Portanto, não se trata de realizar a crítica pela crítica e tampouco de alimentar utopismos. Entretanto, o *leitmotiv* desse livro – o entendimento da realidade para sua transformação – carrega em si aquela utopia liricamente descrita por Galeano, que nos mantém em permanente movimento em uma incessante procura por um mundo mais humano e menos desigual, carrega as esperanças loucas, mas que, como Saramago nos ensinou, dão sentido à vida, também carrega consigo a tentativa de manter ardente os sonhos, brilhantemente representados no clássico de Cervantes. Esperamos, que você leitor, ao tomar contato com este livro, nos acompanhe nesse caminhar.

Wagner Barbosa Matias
Pedro Fernando Athayde
Fernando Mascarenhas

PARTE I

AGENDA DO ESPORTE

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL: DE EXPRESSÃO DA POLÍTICA ESPORTIVA BRASILEIRA PARA A DA CONCEPÇÃO NEODESEN- VOLVIMENTISTA DE PLANEJAMENTO URBANO¹

Lino Castellani Filho

A respeito de nossa intenção

Tendo como horizonte as mobilizações sociais havidas a partir de junho de 2013 no Brasil e da máxima Gramsciana defensora do par dialético “*pessimismo da razão, otimismo da vontade*”, buscamos neste Ensaio tecer considerações acerca dos megaeventos esportivos em solo brasileiro como expressão maior de uma determinada lógica de desenvolvimento urbano e menos de uma política esportiva propriamente dita, atentando para seus impactos na América do Sul².

- 1 Este artigo foi originalmente publicado na Revista Motrivivência, V. 26, n. 42 (2014).
2. Nesse particular mais do que “dialogar” com a realidade dos países sul-americanos, desejamos chamar a atenção dos mesmos para o fato de que os acontecimentos presentes em nosso país – reconhecendo a importância geopolítica brasileira –, motivados pela organização dos megaeventos (esportivos ou não), transcendem os limites territoriais brasileiros e se coadunam com uma concepção de planejamento e desenvolvimento urbano própria à forma liberal – em sua expressão máxima, o neoliberalismo – “desenhada” no primeiro mundo e imposta àqueles subdesenvolvidos. Por sua vez, busca dar continuidade à interlocução que vimos construindo há tempos com acadêmicos do campo da Educação Física de países de nossa sulamérica.

Neste particular, focaremos o paradoxo presente entorno do *discurso oficial* centrado no reconhecimento do Esporte como *Direito Social* versus uma *prática* comprometida com a concepção *neodesenvolvimentista*³ de planejamento urbano, ratificadora de sua apreensão como produto passível de ser mercantilizado com alto apelo no campo dos negócios.

Tal ação no âmbito da esfera pública é responsável pela configuração de lógica política inibidora – por não cabível naquela concepção – da mediação da sociedade civil organizada, de matiz progressista, nas relações entre Governo e empresariado, dando vazão à perspectiva de gestão das cidades em desacordo com o estabelecido em seus *Planos Diretores*⁴, caracterizando o quadro denominado — nas palavras do urbanista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Vainer —, de “*Cidades-de-Exceção*”⁵.

3. Armando Boito Júnior em trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV/São Paulo, denominado “As bases políticas do neodesenvolvimentismo” traduz o neodesenvolvimentismo como uma “*frente política (de) base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico e de transferência de renda encetadas pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff*”. Ainda para ele, caracteriza-se como “*um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país*”. Seria, ainda segundo suas palavras, “*O desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal*”. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>.
4. Os chamados Planos Diretores estabelecem parâmetros para o planejamento urbano dos municípios brasileiros. A exigência de sua elaboração está presente na lei nº 10257/01, conhecida como Estatuto da Cidade, que regulamenta artigos da Constituição brasileira atinentes à Política Urbana. Disponível no endereço <http://www.ifrc.org/docs/idrl/947PT.pdf>.
5. De acordo com Carlos Vainer, (“*Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*”, In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2011, p. 10), a “*Cidade de Exceção se afirma como uma forma nova de regime urbano (que) não obstante o funcionamento dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do Estado são transferidas a agências ‘livres de burocracia e controle político*’. Em outras palavras estamos diante de uma nova modalidade de planejamento urbano, surgida nos anos 1980, na qual as regras de organização do espaço urbano devem ser subordinadas à lógica do negócio”. Disponível em <http://www.opp.ufc.br/urbano04.pdf> Acesso em: 06 mar. 2014.

É neste contexto que os megaeventos esportivos se apresentam como artífices da referida lógica, fazendo com que a política esportiva a ela se subordinasse de forma consentida – tanto por vê-la conciliada aos interesses do setor conservador (e hegemônico) do campo esportivo brasileiro, quanto pela necessidade de legitimação junto ao campo esportivo (no mais puro sentido de *campo* empregado por Bourdieu) – por parte dos responsáveis pela política governamental na referida área⁶.

Assim, i) sociedade civil organizada em movimentos sociais refratários à realização dos referidos megaeventos esportivos, dada a existência de prioridades de apelo social mais premente, além da lógica organizativa deles, nefasta aos setores menos favorecidos da sociedade brasileira; ii) setores privados sem fins lucrativos (conhecidos, dentre outras formas, como Organizações Não-Governamentais, ONGs) responsáveis pela desresponsabilização do Estado de suas atribuições redistributivas, além da *filantro-pização* das políticas sociais; e iii) iniciativas governamentais falseadoras da participação popular nas ações de elaboração, execução e fiscalização das políticas esportivas – tais como a *Conferência Nacional de Esporte*⁷ se apresentou –, são tratadas sem perder de vista a maneira como a mídia em geral e a especializada, em particular, vem dando ressonância de seus sentidos e significados na formatação da opinião pública.

A pouco tempo de muita coisa

Escrevemos em 2014, a poucos dias do “aniversário” de 50 anos do golpe civil-militar que assolou a sociedade brasileira em 1º de abril de 1964. Não obstante, o fervilhar social ora presente em terras brasileiras guarda menos relação com o episódio que por 20 anos perdurou entre nós, com sérias e visíveis sequelas para a nossa ainda jovem de-

6. Em relação a essa busca de legitimação, sugerimos a leitura do ensaio “O PT, a política esportiva brasileira e a Síndrome de Estocolmo” In: “*Educação Física, esporte e lazer: reflexões nada aleatórias*” (Campinas: Autores Associados, 2013). p. 62-66..
7. Sobre o assunto indicamos a leitura do ensaio “III CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE: risco de engodo e empulhação” In: “*Educação Física, esporte e lazer: reflexões nada aleatórias*” (Campinas: Autores Associados, 2013). p. 66-70

mocracia, do que com o incômodo causado em setores médios e populares de nossa sociedade pelo processo organizativo da Copa FIFA 2014⁸ em nossas terras, alimentando nesses setores o sentimento de que demandas sociais tidas como prioritárias pelos segmentos sociais mencionados (transporte público, saúde, educação...) foram relegadas a um segundo plano pelas hostes governamentais. Sentimento justo, ora apropriado por setores políticos de oposição com olhares voltados ao processo eleitoral de outubro vindouro, que coloca em jogo a presidência do país e a governança dos Estados brasileiros, além das cadeiras dos legislativos federal e estaduais.

É verdade que o Estado Nacional brasileiro se enquadra nos padrões adotados pela lógica neoliberal, traduzida de forma singela pelo renomado geógrafo Milton Santos ao dizer *que* “se fala, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender os reclamos do setor financeiro e outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações, cujas vidas se tornam mais difíceis”⁹.

Contudo, suas nuances – aqui já mencionadas quando nos referimos ao conceito de *neodesenvolvimentismo* – nos revelam ser ele responsável pelo resgate do nível de 0,530 de desigualdade na escala Gini/2012, apurado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) – algo próximo de uma sociedade mais equilibrada, resultado de políticas distributivas de renda, de combate à inflação e de ampliação dos postos formais no mercado de trabalho –, índice só encontrado no início da década de 1960, antes do golpe civil-militar, tomando por base os censos de 1960 e 1970.

É o que se depreende do artigo publicado no jornal “Valor Econômico” escrito por Maria Clara R. M. Prado¹⁰. Ainda segundo a au-

tora da matéria, “(...) em ‘De volta ao país do futuro’ Marcelo Neri, ministro da Secretaria de Assuntos Especiais e coordenador do livro, mostra que o índice Gini passou de 0,5367 em 1960 para 0,5828 em 1970, considerando os dados levantados na época pelo economista Carlos Geraldo Langoni, da FGV”. Diz ainda Maria Clara que os dados do Ipea “revelam que o índice Gini manteve-se elevado durante os anos 80, chegando ao seu pior resultado – na marca de 0,636 – em 1989, último ano do governo Sarney, já na era da democracia”.

Mas nada disso foi levado em conta nos movimentos deflagrados a partir de junho de 2013. Diferentemente de seus predecessores, chamaram a atenção pelo fato de serem – pelo menos aparentemente – acéfalos, vale dizer, com foco claro, mas sem direção política, trazendo como resultado a ausência de saldo organizativo.

Convocados pelas mais distintas redes sociais, tiveram como característica a total rejeição à presença das bandeiras dos partidos políticos, mesmo daqueles situados à esquerda do espectro político partidário brasileiro, aliada a um sentimento de descrença da *classe* política motivado pelo entendimento generalizado acerca do alto nível de corrupção que os assola, explicitando uma preocupante descrença das instituições representativas da ordem democrática.

A maioria esclarecida foi pega de surpresa pelos acontecimentos, ressaltados alguns intelectuais de militância política e acadêmica situados no universo da esquerda do campo político brasileiro e sul-americano. Destaca-se dentre eles o professor Mauro Iasi, professor adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ, presidente da ADUFRJ, pesquisador do NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas), do NEP 13 de Maio e membro do Comitê Central do PCB. Diz ele em pertinente artigo¹¹:

8. Me reporto a megaeventos – trazendo especificidades da Copa FIFA 2014 – por entender que a lógica de desenvolvimento urbano que nela, Copa, se faz presente, transcende o referido evento abarcando todos os demais rotulados como megaeventos, para além dos “esportivos”, inclusive. Por esta razão optamos, inclusive, por manter a expressão no título deste Ensaio.

9. Conforme Milton Santos, “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 19

10. Conforme Maria Clara R. M. Prado, “Renda, de volta a 1964”. In: “Valor Econômico”, versão digital, 20 fev. 2014.

11. “Pode ser a gota d’água: enfrentar a direita avançando a luta socialista”. Publicado em 26 jun. 2013 no blog da Boitempo (<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/pode-ser-a-gota-dagua-enfrentar-a-direita-avancando-a-luta-socialista/>). No mesmo endereço pode ser acessado vídeo no qual as manifestações são vistas e por ele “passadas a limpo”. Também nele é possível acessar reflexões de outros cientistas sociais. Por sua vez, lançamos mão neste texto de citações tidas como longas no/pelo meio acadêmico, por demais aprisionado pelos “formalismos” que o caracteriza. Justifico-as pela estratégia de estabelecer nexos entre elas e o pensamento deste autor, na busca de um resultado de cunho original.

“Se há algo que é muito conhecido para quem não se limita ao presentismo – ou, foucaultianamente, à álea singular do acontecimento – é a insurreição, a explosão de massas”.

Com ironia, segue ele:

“Caso tenham preconceitos contra nossa tradição marxista e se recusem a ler as brilhantes análises de Lênin em ‘Os ensinamentos da insurreição de Moscou’, ou de Trotski em ‘A arte da insurreição’, podem se remeter aos estudos de Freud em ‘A psicologia de massas e análise do eu’, ou a magistral análise de Sartre em ‘A crítica da razão dialética’”.

“As massas explodem em uma dinâmica que altera profundamente o comportamento dos indivíduos isolados que pacificamente se dirigiam diariamente ao matadouro do capital, em ordem, pacificamente, saindo de suas casas humildes, pegando ônibus superlotados e precários, sendo humilhados pela polícia, vivendo de seus pequenos salários, vendo a orgia ostensiva do consumo e tendo que “subviver” com o que não tem”.

Seguimos com ele falando das manifestações no Brasil:

“Em primeiro lugar as manifestações expressam um descontentamento que germinava e que era alimentado pela ação que queria negá-lo, isto é, pela arrogância de um discurso oficial que insistia em afirmar que tudo ia bem: a economia estava bem, não porque garantia a produção e reprodução da vida, mas porque permitia a reprodução do capital com taxas de lucros aceitáveis, o Brasil escapara do pior da crise internacional a golpes de pesados subsídios às empresas monopolistas, a inflação estava “dentro da meta”, o Brasil recebia eventos esportivos e se transformava em um canteiro de obras, os trabalhadores apassivados e suas entidades amortecidas pelo transformismo e pela democracia de cooptação se rendiam ao consumo via endividamento, o governo se regozijava com índices de aceitação que pareciam sólidos”.

Ainda com ele:

“A explosão (popular) é perfeitamente compreensível como forma de manifestação de um profundo descontentamento, (mas) sabemos que é mais do que isto. Representa, também, o esgotamento de uma forma que tem sido muito eficaz de domínio e controle político. Cultivamos um fetiche pela forma democrática como se ela em si mesmo fosse a solução enfim encontrada pela humanidade para superar um dilema histórico da ordem burguesa que a acompanha desde o nascimento e que não tem solução dentro da sociedade capitalista: o abismo entre sociedade e Estado”.

Também o sociólogo argentino de nascença e latino-americano por convicção, diretor do *Programa Latino-americano de Educação à Distância em Ciências Sociais*, em Buenos Aires, Atílio A. Boron, em artigo intitulado “Brasil: Um novo ciclo de lutas populares?”¹² se manifesta sobre o assunto: “As grandes manifestações populares de protesto no Brasil derrubaram, na prática, uma premissa cultivada pela direita e assumida também por diversas organizações de esquerda – começando pelo PT e permanecendo com seus aliados: caso fosse garantido “pão e circo” ao povo – desorganizado, despolitizado, decepcionado com dez anos de governo petista – este aceitaria mansamente que a aliança entre as velhas e as novas oligarquias prosseguisse governando sem maiores sobressaltos”.

Seguimos com ele:

“... A continuidade e eficácia do programa “Bolsa Família” assegurava o pão. A Copa do Mundo e seu prelúdio, a Copa das Confederações, e depois os Jogos Olímpicos, garantiriam o circo necessário para consolidar a passividade política dos brasileiros. Esta visão, não só equivocada como profundamente reacionária (e quase sempre racista) ficou destruída nestes dias, o que revela a curta memória histórica e o perigoso autismo da classe dominante e seus representantes políticos ao esquecerem que o povo brasileiro soube ser protagonista de grandes jornadas de luta e que seus períodos de apatia e passividade alternaram com episódios de súbita mobilização, que ultrapassaram os

12. Disponível em: <<http://www.atilioboron.com.ar/2013/06/brasil-un-nuevo-ciclo-de-luchas.html>>, publicado em 25 jun. 2013.

estreitos marcos oligárquicos de um estado apenas superficialmente democrático...”

Interessante realçar que as críticas à esquerda se encontraram – embora por motivações políticas distintas – com as formuladas por aquelas situadas à direita, como, por exemplo, podemos atestar na reação de jornalistas da mídia conservadora brasileira face aos movimentos em questão. Causou espécie, inclusive na mídia televisiva argentina, o papel desempenhado por um muito conhecido entre nós brasileiros: Arnaldo Jabor, da TV Globo¹³. Em um espaço de tempo de 72 horas, mudou *camaleonicamente* sua posição a respeito das mobilizações, sendo motivo de chacota tanto no Brasil quanto na Argentina. Primeiramente diz estarmos assistindo a um movimento por ele caracterizado como “*burrice misturado a um rancor sem rumo*”. Fazendo expressão raivosa, pergunta retoricamente: “*Se vingam de que?*” E de forma indisfarçada explicita o alvo de seu próprio rancor:

“Esses caras vivem do passado de uma ilusão. São a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 1950 que a velha esquerda ainda defende aqui...”. E fazendo alusão ao valor do aumento da tarifa do transporte público, mote que deu início às mobilizações de junho de 2013, exclama: “Realmente esses revoltosos de classe média não valem 20 centavos!”.

Aproximadamente três dias após a aparição acima descrita, retorna ele à TV e ao assunto, agora com entendimento cinicamente oposto ao manifestado anteriormente, com clara intenção de atacar o governo Dilma:

“À primeira vista este movimento pareceu uma pequena provocação inútil, que muitos criticaram, inclusive eu...”.

E vai em frente:

13. Disponível em: < http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=aS7LmKld_mE#at=287>. Atendem no vídeo para as seguidas manifestações contrárias à rede Globo, expressas dentre outras formas pelo refrão “O povo não é bobo, abaixo a rede Globo”.

“De repente reapareceu o povo... De repente o Brasil virou um mar... Uma juventude que estava calada desde 1992 (...) acordou... Abriu os olhos e viram (sic) que temos democracia, mas uma república inoperante (...) paralisada por interesses partidários e privados...”

E conclui, descaradamente:

“... Estamos vivendo um momento histórico lindo e novo... Esses jovens terão nos dado uma lição. Democracia já temos. Agora temos que formar uma república!”

Expressando entendimento por mim compartilhado, contrário aos acima desenvolvidos, Saul Leblon, em editorial intitulado “*Bola Rolando: Democracia X Mercado na América Latina*”, do boletim eletrônico “*Carta Maior*”¹⁴, afirma – após pergunta retórica sobre o possível esgotamento da viabilidade de uma construção negociada da democracia social na AL, nos marcos da economia de mercado – que

“A tentativa de construir uma democracia social na América Latina – a região mais desigual do planeta – tornou-se um espinho na garganta do jogral conservador. Equiparar a igualdade de direitos civis ao seu equivalente no campo econômico, significa levar a sério a democracia como o regime intrinsecamente dotado de meios para dilatar seus próprios fins”.

Em síntese, afirma,

“significa não pedir autorização ao dinheiro para transformar carências em direitos e dívidas históricas em lei. A última palavra dependeria da competência progressista para adensar força e consentimento majoritário aos seus projetos e plataformas”.

E continua:

14. Boletim eletrônico “*Carta Maior*”, Editorial de 26 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Bola-rolando-Democracia-x-Mercados-na-AL/30349>>.

“A experiência histórica latino-americana está coalhada de interpretações controversas acerca desse mandato atrelado à formação das grandes maiorias. A coleção de golpes de Estado espetados nas entranhas de seus distintos países sugere que o princípio que equipara cada cidadão a um voto promete mais do que as elites locais estão dispostas a conceder”.

E diz de forma peremptória:

“O mercado fala por elas”. Mercados e seu aparato ideológico dedicam-se diuturnamente à tarefa de capturar o imaginário social, alge-mar o Estado e amordaçar instituições para vestir o enforcador no pescoço da democracia, apartando-a dos interesses majoritários da sociedade. Movimentos progressistas, ao contrário, empenham-se na interminável repactuação de maiorias para submeter a lógica do dinheiro ao imperativo da democracia social, no passo seguinte da luta pelo desenvolvimento”.

“Toda assepsia que o neoliberalismo se empenha em promover na profundidade e abrangência da ação pública e estatal persegue esse objetivo de emascular as ferramentas da democracia. Alto-falantes da emissão conservadora martelam diuturnamente a superioridade dos livres mercados para alocar recursos ao menor custo e com maior eficiência. O oposto é esgrimido como um desastre inelutável”.

À Democracia, diz então, caberia “sancionar o livre arbítrio de uma economia desregulada, para que a sua ‘imaneente racionalidade’ pudesse se traduzir em geração de riqueza e ganhos de eficiência”.

E aí fala explicitamente do Brasil:

“O que os tucanos¹⁵ ecoaram na efeméride dos 20 anos do Plano Real, é que a coalizão demotucana¹⁶ preparou a economia do país para isso ao domar a hiperinflação nos anos 90, privatizar instrumentos importantes da ação pública e estreitar a inserção internacional do país (via endi-

15. “Tucanos”, pássaros da fauna brasileira, é o símbolo do PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro – sendo seus filiados assim chamados.

16. Está se referindo à aliança do Partido Democrata, situado à direita do campo político, com o PSDB.

vidamento interno e externo, sem dúvida). O ciclo de governos do PT teria desvirtuado esse saudável legado ao restaurar critérios, gastos e ferramentas que devolveram à esfera pública – e às urnas da qual esta depende – o poder de disputar o comando do desenvolvimento com os mercados”.

E conclui seu raciocínio: “Esse jogo está sendo jogado. Se o placar final vai dizer que, de fato, esgotou a viabilidade de uma construção negociada da democracia social na América Latina nos marcos da economia de mercado, é impossível prever”¹⁷

Megaeventos esportivos e seus legados

7,1%. Esta é a taxa média de crescimento anual do setor esportivo no Brasil no período de 2007 a 2011, conforme levantamento efetuado pela *Pluri Consultoria*¹⁸.

No mesmo período o Produto Interno Bruto brasileiro apontou um crescimento médio de 4,2%. Os investimentos no setor propiciaram, em 2011, a taxa de representação de 1,6% do setor esportivo no PIB brasileiro, aproximadamente R\$ 67 bilhões, algo ao redor de 38,5 milhões de dólares no câmbio da época, pouco para o governo brasileiro que segundo a *Revista Fórum*¹⁹, esperava algo entorno de 1,8% do PIB nacional. Uma coisa parece ser consensual: a taxa anual do crescimento do PIB esportivo continuará superando a do PIB brasileiro, notadamente em tempos de megaeventos esportivos...

17. Ao final do editorial, Saul Leblon anexa carta assinada pelo ex-presidente LULA intitulada “Porque o Brasil é o país das Oportunidades”, na qual traz dados reforçadores da pertinência da política econômica adotada pelo governo petista a partir de 2003.

18. Disponível em: <<http://www.pluriconsultoria.com.br/uploads/relatorios/pib%20esporte.pdf>>.

19. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/131/imagens-depois-da-copa>>. Ver também: <<http://oglobo.globo.com/economia/pib-do-esporte-cresce-mais-do-que-do-pais-5028799>>; <<http://www.fiesp.com.br/noticias/pratica-esportiva-representa-19-do-pib-brasileiro-afirma-professor-da-fgv-durante-reuniao-da-comissao-da-cadeia-productiva-do-desporto-da-fiesp/>>

Sim... Os dados acima reforçam nossa defesa da tese de que os Megaeventos esportivos são menos resultado da articulação do campo esportivo brasileiro e manifestação de sua força e mais a conjugação de interesses de Governo centrados em uma determinada compreensão de desenvolvimento e de inserção protagônica do país no cenário mundial.

Para melhor compreendermos o acima dito se faz necessário breve incursão à política esportiva brasileira. Para tanto nos valem os de excerto de artigo de livro por nós publicado e aqui já mencionado²⁰. Nele iniciamos afirmando que ‘... A presença do Estado brasileiro nas questões do esporte é incontestável, atestada na própria história da organização social e política do país, notadamente aquela construída a partir da segunda década do século passado, quando o Brasil deixava para trás o modelo econômico agrário de natureza comercial-exportador e se organizava dentro do mote da industrialização, pautada pelo modo de produção capitalista’.

Depois de aprofundarmos nossa compreensão acerca dos documentos legais configuradores de uma primeira perspectiva de intervenção estatal na política esportiva brasileira²¹, passamos a nos reportar a outro momento do ordenamento legal esportivo:

‘O conjunto legal até aqui referido reforçador da oligarquização da organização esportiva – foi substituído por outro, descompassado da Constituição brasileira de 05 de outubro de 1988 e formatado sobre forte influência dos referenciais neoliberais de Estado e Governo que passaram a vigorar em nosso meio, ao arripio da Constituição Cidadã’.
‘Constituído pela Lei Zico (Lei 8672/93 e Decreto 981/93) e pela Lei

20. Trata-se de artigo configurado em capítulo – denominado “Lazer, cultura e educação: reflexões nada aleatórias pela ótica da Educação Física” – do livro, aqui já citado, “Educação Física, esporte e lazer: reflexões nada aleatórias”. Valemo-nos aqui de passagens presentes entre as páginas 14 a 20. Recomendamos ainda a leitura da Tese de Doutorado de Pedro Fernando Avalone Athayde, defendida neste ano de 2014 junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Instituto de Ciências Humanas da UnB, Universidade de Brasília, sob o título “O omitorrinco de chuteiras: determinantes econômicos da política de esporte do governo LULA e suas implicações sociais”.

21. Essa intervenção sedimentou-se ao longo dos 34 anos em que o Decreto-lei 3.199/41 regeu a vida esportiva brasileira, vindo a consolidar-se em outro momento de regime de exceção – desta feita de natureza civil-militar – através da Lei 6.251 de 1975 regulamentada, dois anos mais tarde, pelo Decreto 80.228.

Pelé (Lei 9615/98 e Decreto 2574/98), esse outro conjunto deu margem ao descrito por Meily Assbú Linhales²² como um processo de mudança dirigido fundamentalmente pelo confronto entre os interesses liberalizantes – que buscavam autonomia de mercado para o esporte – e os interesses conservadores, que entendiam essa liberalização como uma ameaça ao poder constituído oligarquicamente’.

‘O embate entre liberalizantes e conservadores foi responsável pelo surgimento da autonomia e da pluralidade como elementos de mudança. Contraditoriamente, mesclavam-se aos traços deixados pela conservação de antigas práticas. Tal linha de reflexão – ainda de acordo Linhales – nos conduziu a um quadro onde, em nenhuma das duas direções se consolidaram alternativas que vissem o Esporte como uma necessidade e/ou direito social, e tampouco o Estado como mediador e ponto de equilíbrio entre os interesses antagônicos existentes no setor esportivo’.

E então nos reportamos ao século XXI:

‘A chegada do PT ao Governo Federal, mesmo que limitada pelas alianças ao centro e dele, à direita, acenou para a possibilidade de asunção do postulado contra-hegemônico da indicação de parâmetros para que a democratização do Esporte (e da libertação do lazer de seu jugo) pudesse ocorrer e ser usufruída por todo o conjunto da população brasileira’.

‘Materializar-se-ia assim, o objetivo de sinalizar para a inversão da lógica da presença do Estado no campo esportivo, atribuindo-lhe prioritariamente caráter subsidiador, contudo, de outro sentido que não aquele reforçador do modelo concentrador representado graficamente por uma pirâmide trazendo, em seu vértice, o esporte de alto rendimento e, em sua base e centro, respectivamente, o esporte de massa e o esporte estudantil subordinados aos objetivos do de cima’.

‘Esse quadro – visualizado como possibilidade histórica – não se traduziu em realidade histórica, frustrando a expectativa de muitos e em-

22. Conforme Meily Assbú Linhales. Dissertação de Mestrado “A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos”. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 1996.

purrando para frente a materialização do que ainda permanece no universo da utopia’.

O esporte na perspectiva da cidade empresarial

Os interesses do segmento conservador do campo esportivo, por si só configurado em facetas conservadoras, retrógradas e reacionárias, aliam-se a uma concepção de desenvolvimento urbano configurativo da cidade de exceção, movida pela lógica empresarial fomentadora do batizado por Carlos Vainer de Democracia Direta do Capital refratária à intermediação dos movimentos sociais e dos partidos políticos e simpática à ligação direta governo / empresariado, quadro esse propício à materialização das condições objetivas para a realização dos megaeventos esportivos²³.

Não obstante a ojeriza da lógica acima à presença junto a eles dos movimentos sociais e partidos políticos, os primeiros – mais do que os segundos –, movidos por interesses legítimos afetos ao universo da cidadania ainda que circunscrita à dimensão da *emancipação política* e não ao da *emancipação humana*, não deixaram de semanifestar de forma articulada, alcançando fazer soar as vozes dos que – sem poder político e econômico e, em consequência, sem acesso à grande mídia, por sua vez interessada nos dividendos financeiros a advir com a realização dos megaeventos –, recebiam como legado social políticas centradas no conceito de *Gentrificação*²⁴.

O estudo desses movimentos sociais foi objeto da dissertação de mestrado desenvolvida por Juliana Cristina Barandão intitulada “*A Copa FIFA 2014 no Brasil para além da Política Esportiva: Estudo do dissenso entre os interesses da ‘Cidade Empresarial’ e os dos citadi-*

23. Sugerimos neste particular acompanhar a fala do professor Carlos Vainer por ocasião de sua participação no programa da *ESPN – Brasil* chamado “*Juca Entrevista*”, de um renomado jornalista esportivo brasileiro, Juca Kfourri. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ZKDRaZXajlg>>.

24. Trata-se de conceito referente ao processo de *saneamento econômico* de regiões urbanas através da remoção desses espaços dos segmentos sociais desfavorecidos, muitas das vezes remanescentes de ocupações ilegais e/ ou tidas como tais pelos poderes constituídos.

nos, através da análise da ação dos movimentos sociais”²⁵. Fiquemos com seu resumo:

“O cenário da realização de megaeventos esportivos em solo brasileiro, desde os Jogos Pan-Americanos de 2007 e a Copa das Confederações 2013, até a Copa FIFA 2014 e as Olimpíadas de Verão em 2016, evidencia a emergência de um modelo de planejamento de cidade pautado na racionalidade econômica e na gestão empresarial do espaço urbano. A lógica mercantil da organização dos megaeventos e a sua utilização como dispositivo econômico do capital de criação de novos nichos e demandas de serviços para conter a crise estrutural do capitalismo, tende a impactar positivamente para aqueles que detêm capital financeiro – aos empresários dos setores da construção civil e do setor hoteleiro, por exemplo. Já o impacto negativo fica quase que exclusivamente debitado na conta dos setores desfavorecidos da população. Isso porque a organização desses eventos se vale da lógica da Gentrificação de setores da cidade, vale dizer, a incumbência de organizar o evento carrega em si a justificativa ideal para o “saneamento socioeconômico” do local, dele decorrendo a remoção desses espaços dos segmentos sociais ali presentes muitas vezes remanescentes de ocupações consideradas “ilegais”. Também segmentos da população, ali estabelecidos legalmente, são afetados pela lógica de “cidade de exceção” configurada. Esses cidadãos, organizados em entidades e movimentos sociais, constroem mecanismos de resistência na defesa de seus direitos. Muitos são os relatos de violações dos direitos da população local das cidades sedes de eventos esportivos de grande porte, como a Copa/FIFA se configura, e muitos são os grupos/movimentos sociais articulados a partir da temática desse evento debatendo, questionando e colocando em evidência a violação dos direitos sociais dessa população. Foi essa organização, suas características e ações, o objeto de nosso estudo. Assim, o objetivo deste trabalho consistiu no mapeamento dos movimentos sociais que fizeram ou ainda fazem o embate político contra aqueles responsáveis pelos impactos contrários aos interesses dos setores sociais desprivilegiados, discutindo os aspectos políticos, econômicos e

25. A referida Dissertação foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, e submetida à defesa pública em fevereiro deste ano de 2014.

principalmente sociais decorrentes da realização da Copa do Mundo de 2014 nas 12 cidades-sedes escolhidas”.

Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – AN-COP – é o nome do ente organizador dos distintos comitês dispersos pelo Brasil afora, notadamente nas doze cidades-sede da Copa. Foi ele o responsável pela elaboração do dossiê dos megaeventos esportivos, documento síntese do legado que eles estão deixando aos setores populares brasileiros, o qual segue o roteiro anunciado²⁶.

Por sua vez, no bojo das manifestações de junho de 2013 e as realizadas por ocasião da Copa das Confederações, além daquelas que se sucederam de lá para cá, vamos encontrar *bandeiras* balizadas pelo entendimento de que os recursos destinados a eles, megaeventos, poderiam ser mais bem utilizados se voltados para outros campos das políticas públicas. A partir dessa compreensão vimos expandir país afora o lema “*professor vale mais que Neymar*”, numa clara alusão às condições de trabalho que afetam os profissionais da educação²⁷. A dimensão política de tais mobilizações se sobressai menos pela sua pertinência – de fato as condições da Educação Pública brasileira são merecedoras de atenção especial e mais pela ausência de cotejo com dados insofismáveis, como os trazidos pelo professor do Instituto de Economia da Unicamp, Marcelo Proni. Em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, ele esclarece que “o investimento total em infraestrutura na preparação para a Copa equivale a cerca de 5% do valor dos investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), ao passo que os empréstimos do BNDES concedidos para a construção e

26. O referido dossiê está disponível em: <http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dosie_cmitepopularcoparj_2013.pdf>. Além dele sugerimos o vídeo sob o tema “Cidades rebeldes”, no qual os professores Mário Iasi e Carlos Vainer, por nós já mencionados, refletem sobre a resistência entabulada pela população atingida pelos procedimentos organizativos da Copa FIFA 2014, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=7AUGExvwtY&list=TLL7FZxVA_uf-IKRBcg_Mj1c2rfVTHJbhV>.

27. Foi o que assistimos por ocasião da Copa das Confederações, conforme nos mostra o vídeo da TV UOL de 01 de julho de 2007, passível de ser visto no endereço: <http://tv.uol.com.br/assistir.htm?&tagIds=74107&t_ime=all&orderBy=mais-recentes&dfilter=editorial&video=professor-vale-mais-que-ney-mar-grita-protesto--no-maracana-04028C1B326CDCA94326>.

reforma das arenas corresponde a menos de 3% do montante que essa instituição financeira empresta anualmente”²⁸.

Como que referendando os dados do professor da Unicamp, Felipe Rodrigues nos traz matéria a nosso ver elucidativa ao estabelecer o cotejo entre o orçamento da União e os investimentos públicos para a Copa, além de não descurar da legitimidade das mobilizações sociais, todavia não as tratando de forma monolítica ao sinalizar os distintos motivos que as originam.

Vamos a ela:

“Orçamento da União e os investimentos para a Copa”

“Tem dinheiro pra Copa, mas não tem dinheiro para Saúde e Educação, né? Vamos aos números:”

Orçamento da União:

“R\$ 79.331 bilhões para a Saúde só em 2013”.

“R\$ 38.093 bilhões para a Educação só em 2013”.

“R\$ 26.621 bilhões para a Copa desde a escolha do Brasil como sede até a realização do evento em 2014. Média, portanto, de R\$ 4 bilhões por ano”. “Desses R\$ 26 bi da Copa, a maior rubrica, R\$ 8,6 bilhões é destinada a projeto de mobilidade urbana. A razão dos protestos em São Paulo durante essa semana não é exatamente a necessidade de investimentos em uma nova política de mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras?”

“Outros R\$ 6,8 bi são para melhorar os aeroportos das cidades-sedes e há ainda investimentos em segurança, portos, telecomunicações e turismo. Investimentos que o Brasil precisa e que ficarão como benefício para a população mesmo depois da Copa”.

“Há, contudo, R\$ 7 bilhões destinados a construção e reformas de estádios (menos de 10% o orçamento da Saúde em um único ano).

28. “A Copa é bom negócio para o Brasil? não”. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 dez. 2013. Caderno Opinião, Seção Tendências & Debates. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/12/1382181marcelo-weishaupt-proni-bom-para-quem.shtml>>.

Vale a pena gastar esse recurso para sediar um evento como a Copa do Mundo? Não há retornos econômicos, fiscais, geração de emprego e aumento do turismo internacional? Não sei, mas esse é o verdadeiro debate”. “Posso discordar da opinião dos que se manifestam contra a realização da Copa no Brasil, mas estes lutam por uma causa nobre e exercem um direito irrevogável num sistema democrático. Os que incitaram a vaia a Dilma dentro do estádio tem horror a eles, ali estava a elite brasileira que chama manifestante de vândalo, gente cuja revolta é vinte centavos a mais no preço do combustível para colocar no seu carro importado, gente que odeia ter que pagar imposto para “dar bolsa-esmola para vagabundo”. O maior erro de Dilma, e é isso que estavam dizendo aqueles que estavam do lado de fora do estádio, é ter aceitado a Copa no Brasil tão elitista como em qualquer outro lugar do mundo”.

“Dizer que a Copa é a razão dos problemas do país, que não tem dinheiro para investir em outras coisas mais importantes, que a vaia é resultado de Dilma ter fechado os olhos para os problemas do país é só repetir o discurso de gente mal intencionada que quer aproveitar movimentos populares justos e necessários para levar ao poder quem trata o povo com a mesma truculência da PM de Alckmin”²⁹.

As condições necessárias para identificarmos no nosso modelo societário e na nossa ainda tênue – porque recente – democracia, os motivos fundantes para a resistência de parcela significativa de nossa sociedade à realização dos megaeventos esportivos em nosso país parecem estar presentes³⁰.

A ausência de mecanismos possibilitadores da participação popular nas instâncias decisórias das ações governamentais, responsável pela consequente ausência de controle social dessas mesmas ações de governo, avança o sentimento nacional de descrédito em

nossas instituições políticas, do executivo ao judiciário, passando pelo legislativo, percebendo-as todas eivadas de práticas corruptas como nunca em nossa história, não permitindo a percepção de que hoje, diferentemente de um passado recente, práticas nocivas ao tecido social são cada vez mais passíveis de denúncia e punição, expressando um movimento radicalmente contrário àquele perceptível no âmbito do senso comum³¹. Por mais que almejemos – e quanto almejamos! – a superação do ordenamento societário sob o qual se estrutura a sociedade brasileira, entendemos que muito ainda podemos e precisamos fazer dentro deste instituído.

Se isso vale para as questões maiores que nos afetam, vale também para aquelas pertinentes ao campo esportivo. A democratização das entidades de administração e prática esportivas urge ser realizada de modo a eliminar-se de uma vez por todas a configuração delas como verdadeiros feudos nas mãos de senhores feudais modernos que se eternizam no poder, fazendo uso privado da estrutura esportiva nacional que deveria estar a serviço de efetivar a máxima constitucional de termos o Esporte como direito social³².

Os megaeventos esportivos aqui já estão e com eles também chegaram a possibilidade histórica de dizermos um basta à concepção de cidade empresarial aqui explicitada, e encararmos a necessidade de

31. Sobre o tema da participação popular na configuração da política pública de esporte, indicamos a Dissertação de Mestrado de Lia Polegato Castelan intitulada “As Conferências Nacionais do Esporte na configuração da política esportiva e de lazer no Governo LULA (2003–2010)”, elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Unicamp e submetida à defesa pública no ano de 2010. De forma indireta e não explorada neste trabalho, indicamos também a Dissertação de Mestrado de Juliane Cristine Correia, denominada “O setor privado sem fins lucrativos e as políticas de esporte e lazer (2008–2011)”, elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Unicamp e submetida à defesa pública no ano de 2012.

32. Tratamos do tema em crônica intitulada “Os Senhores dos Anéis” (p. 119-121) presente no livro, aqui já citado, “Educação Física, Esporte e Lazer: Reflexões nada aleatórias”. Por sua vez, em 15 out. 2013 foi sancionada a Lei nº 12.868 que no seu artigo 19, inciso I, limita o tempo de mandato dos dirigentes das entidades de administração do Esporte para o período de 4 anos com direito a uma única recondução ao cargo. Recomendamos ainda o acesso ao blog do professor Fernando Mascarenhas, um dos estudiosos que vem priorizando em seus aportes o tema dos megaeventos esportivos, enfatizando o impacto dos mesmos no âmbito da produção de conhecimento na área acadêmica *Educação Física*. Disponível em: <<http://blogdomasca.blogspot.com.br/>>.

29. Disponível na página virtual de respeitado jornalista de economia, Luiz Nassif, <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/orcamento-da-uniao-e-os-investimentos-para-a-copa>>. Alckmin é governador do Estado de São Paulo. Por sua vez, a página *Portal da Transparência*, de responsabilidade do Governo Federal, traz dados abonadores da reflexão desenvolvida por Felipe. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/empreendimentos/investimentos.seam?menu=2&assunto=tema>>.

30. A esse respeito acessem “Aprovação à realização da Copa é a menor em 5 anos” <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1416810-aprovacao-a-realizacao-da-copa-e-a-menor-em-5-anos.shtml>>.

construção de política pública de esporte signatária de um sistema nacional de esporte que, a partir de seu reconhecimento como patrimônio cultural da humanidade, deite por terra as iniciativas de tratá-lo como mera mercadoria passível de negócio e negociatas³³, colocando-o definitivamente ao alcance de todos nós.

Assim, aos que esbravejam *não vai ter Copa*³⁴, devemos responder *sim, teremos...* Não a que desejávamos, voltada a um povo que têm no futebol a prática social identificadora de sua *cultura corporal esportiva*. Não aquela de índole popular que um dia fez com que um de nossos maiores dramaturgos³⁵ batizasse nosso país de *pátria das chuteiras...*

De fato é outra Copa que se avizinha, elitizada, *macdonaldizada* pelo *Padrão FIFA*, padrão esse que exigimos para nossas vidas, e que com a persistência de nossa vontade política aliada a condições objetivas ainda não presentes, um dia viabilizaremos³⁶.

Referências

- ANJOS, A. B. Imagine depois da copa: **protestos contra o mundial trazem a reflexão sobre qual será de fato o legado do evento para o Brasil**. *Revista Forum*. Disponível em: <[http:// revistaforum.com.br/digital/131/ imagine-depois-da-copa](http://revistaforum.com.br/digital/131/ imagine-depois-da-copa)>.
- ARTICULAÇÃO NACIONAL DO S COMITÊS POPULARES DA COPA. Mega-eventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro: dossiê popular da copa. Disponível em: <[http://c omitepopul rio.files. wordpress. com/ 2013 / 05 / dossie_ comitepopularcoparj_2013.pdf](http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf)>.
33. Recomendamos o acesso da matéria presente na página abaixo que documenta a relação entre Estado e empresas no contexto dos grandes eventos e empreendimentos no Rio de Janeiro. Disponível em: <[www. proprietariosdobrasil.org.br/wiki/index. php?title=Donos_Do_Rio](http://www.proprietariosdobrasil.org.br/wiki/index.php?title=Donos_Do_Rio)>.
34. Tendo redes sociais como canal de mobilização, várias chamadas para atos de sabotagem à Copa ganham destaque, como a passível de ser vista na notícia divulgada no endereço: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ cotidiano/153087-protestos-contra-mundial-planejam-ate-apagao-em-jogo.shtml>>. Comentando o movimento *Não vai ter Copa*, o jornalista esportivo Juca Kfoury, em seu blog, traz análise ao mesmo tempo simples e contundente. Leia no endereço: <<http://blogdojuca.uol.com.br/2014/01/vai-ter-copa/>>.
35. Estamos nos referindo a Nelson Rodrigues.
36. Vale a pena aqui ouvirmos a música “Desculpe Neymar”, de Edu Krieger, cuja letra se revela extremamente perspicaz ao expressar sentimento presente em muitos brasileiros. Acesso: <http://www.youtube.com/watch?v=iwL3TxSeDmA>

ATHAYDE, P. F. A. **O ornitorrinco de chuteiras**: determinantes econômicos da política de esporte do governo LULA e suas implicações sociais. 2014. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.

BARANDÃO, J. C. **A Copa FIFA 2014 no Brasil para além da política esportiva**: estudo do dissenso entre os interesses da 'cidade empresarial' e as dos cidadãos, através da análise da ação dos movimentos sociais. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

BOITO JÚNIOR, A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>.

BORON, A. A. **Brasil: um novo ciclo de lutas populares?**. Disponível em: <[http:// www. atilioboron.com.ar/2013/06/ brasil-un-nuevo-ciclo-de-luchas.html](http://www.atilioboron.com.ar/2013/06/ brasil-un-nuevo-ciclo-de-luchas.html)>. Acesso em: 25 jun. 2013.

BRASIL. Controladoria Geral da União. Portal da Transparência. **Copa 2014**: empreendimentos/investimentos". Disponível em: <[http://www. portaltransparencia.gov.br/ copa2014/ empreendimentos/investimentos. seam?menu=2&assunto=tema](http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/ empreendimentos/investimentos.seam?menu=2&assunto=tema)>.

CAMARGO, T. **Prática esportiva representa 19% do PIB brasileiro, afirma professor da FGV durante reunião da comissão da cadeia produtiva do desporto da FIESP**. Agência Indusnet FIESP. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/pratica-esportiva-representa-19-do-pib-brasileiro-afirma-professor-da-fgv-durante-reuniao-da-comissao-da-cadeia-produtiva-do-desporto-da-fiesp/>>.

CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. **Estatuto da cidade**: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades, Aliança das Cidades, 2010. Disponível em: <[http:// www. ifrc.org/docs/ idrl/947PT.pdf](http://www.ifrc.org/docs/idrl/947PT.pdf)>.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física, esporte e lazer**: reflexões nada aleatórias. Campinas: Autores Associados, 2013. (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo, nº 105, 2013).

CASTELAN, L. P. **As Conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo LULA (2003-2010)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

CORREIA, J. C. A. **O setor privado sem fins lucrativos e as políticas de esporte e lazer (2008 – 2011)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

IASI, M.; VAINER, C. **Cidades rebeldes**. Disponível em: <[http://www. youtube. com/watch?v=7AUGExv wtsY&list=TLL7FZxVA_uf-IKRbcg_Mj1c2rVTHJbhV](http://www.youtube.com/watch?v=7AUGExv wtsY&list=TLL7FZxVA_uf-IKRbcg_Mj1c2rVTHJbhV)>.

IASI, M. **Pode ser a gota d' água**: enfrentar a direita avançando a luta socialista. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/26/ pode-ser-a-gota-dagua-enfrentar-a-direita-avancando-a-luta-socialista/>>.

JABOR, A. **Sobre as manifestações sociais de junho de 2013**. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=om/w a t c h?fea ture=pla yer_ e m b e d d e d & v = a S 7 L m K l d _ m E#at=287>.

LEBLON, S. Bola rolando: democracia x mercado na América Latina". **Boletim Eletrônico "Carta Maior"**, Editorial, 26 fev. 2014. Disponível em: <[http:// www. cartamaior.com. br/?/Editorial/ Bola-rolando-Democracia-x-Mercados-na-AL/30349](http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/ Bola-rolando-Democracia-x-Mercados-na-AL/30349)>.

KFOURI, J. **Juca entrevista Carlos Vainer**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ZKDRaZXajlg>>.

KFOURI, J. **Vai ter copa**. Disponível em:< <http://blogdojuca.uol.com.br/2014/01/vai-ter-copa/>>.

KRIEGER, E. **Desculpe Neymar**. Disponível em:< <http://www.youtube.com/watch?v=iwL3TxSeDmA>>.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 1996. MAISONNAVE, F. **Aprovação à realização da copa é a menor em 5 anos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1416810-aprovacao-a-realizacao-da-copa-e-a-menor-em-5-anos.shtml>>.

MASCARENHAS, F. **Blog do Fernando Mascarenhas**: falando de esporte e política... Disponível em: < <http://blogdomasca.blogspot.com.br/>>.

PLURI CONSULTORIA. O PIB esportivo brasileiro. Disponível em: <<http://www.pluriconsultoria.com.br/uploads/relatorios/pib%20esporte.pdf>>.

PRADO, M. C. R. M. Renda, de volta a 1964. **Valor Econômico**, 20 fev. 2014. Disponível em: <www.valor.com.br>. PRONI, M. A Copa é bom negócio para o Brasil? não." **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 dez. 2013. Caderno Opinião, seção Tendências & Debates Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/12/1382181-marcelo-weishaupt-proni-bom-para-quem.shtml>>.

PRO TESTO S CO NTRA MUNDIAL PLANEJAM ATÉ APAGÃO EM JOGO. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 fev. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ftp/cotidiano/153087-protestos-contramundial-planejam-ate-apagao-em-jogo.shtml>>.

RODRIGUES, F. Orçamento da União e os investimentos para a Copa. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/orcamento-da-uniao-e-os-investimentos-para-a-copa>>.

SPITZ, C. **PIB do esporte cresce mais do que o do país**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/pib-do-esporte-cresce-mais-do-que-do-pais-5028799>>.

TV UOL. **Professor vale mais que Neymar, grita protesto no Maracanã**. Disponível em: <<http://tvuol.uol.com.br/assistir.htm?&tagIds=74107&time=all&ord erBy=mais-recntes&edFilter=edito rial&video=professor-vale-mais-que-neymar-grita-protesto-no-maracana-04028C1B326CDCA94326>>.

VAINER, C. **Cidade de exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011. Disponível em: <<http://www.opp.ufc.br/urbano04.pdf>>.

WIKI INDEX. **Proprietários do Brasil, donos do Rio**. Disponível em:<http://www.prorietariosdobrasil.org.br/wiki/index.php?title=Donos_Do_Rio>.

CAPÍTULO III

JOGOS OLÍMPICOS RIO 2016: VENCEDORES E PERDEDORES¹

Wagner Barbosa Matias
Fernando Mascarenhas

Introdução

A América do Sul receberá a próxima edição dos Jogos Olímpicos de Verão. Os Jogos de 2016 serão no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. A escolha da capital fluminense ocorreu no dia 2 de outubro de 2009, durante a 121^a assembleia do Comitê Olímpico Internacional (COI), realizada em Copenhague. O projeto da capital fluminense desbancou as propostas das cidades de Chicago, Tóquio e Madri, respectivamente.

A conquista brasileira envolveu uma coalizão de forças formadas pelo Estado, organizações esportivas e setores do mercado. Esse bloco, liderado pelos três níveis de governo, apresentou um projeto coeso e com todas as garantias governamentais necessárias para realizar o megaevento no Brasil.

¹ Este texto foi originalmente publicado na revista Motrivência, V. 27, nº 45 (2015).

DATHEIN, Ricardo. Governo Lula: análise crítica dos resultados, das perspectivas e das alternativas às políticas econômicas adotadas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9, 2004. *Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia: 2004.

FILGUEIRAS, Luiz & PINTO, Eduardo Costa. Governo lula: contradições e impasses da política econômica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9, 2004. *Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia: 2004.

FILGUEIRAS, Luiz & GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

NERI, Marcelo Cortês. *Miséria, desigualdade e políticas de renda: o Relá de Lula*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2007. Disponível em: <<http://www3.fgv.br/ibrecps/RET3/index.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2011.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. *Consenso e conflito da Educação Física brasileira*. Campinas: Papirus, 1994. 203 p.

PAULANI, Leda. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, Polyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. *Revista Novos Estudos*. 85. ed. São Paulo: CEBRAP, 2009. Disponível em: <<http://novosestudios.uol.com.br/acervo/acervo.asp>> Acesso em: 24 fev. 2011.

VIEIRA, Evaldo. *Democracia e Política Social*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

CAPÍTULO IX

POLÍTICA SOCIAL DE ESPORTE E LAZER NO GOVERNO LULA: O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE¹

Marcelo Resende Teixeira
Wagner Barbosa Matias
Pedro Avalone Athayde
Fernando Mascarenhas

1. Introdução

A partir de 2003 com a criação do Ministério do Esporte (ME), houve uma modificação institucional no campo esportivo. Apesar do orçamento ainda incompatível com as necessidades existentes, o Governo Federal buscou formular uma política nacional para o setor.

Entre os diversos programas implementados pelo ME, destaca-se o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), que possui o objetivo de:

¹ Este artigo foi originalmente publicado na revista *Licere*, v. 17, p. 134-161, 2014. Nesta versão, o texto foi revisado. As poucas modificações tiveram como objetivo qualificar a redação do artigo, bem como garantir atualidade e fidedignidade das informações referentes ao orçamento.

[...] suprir as carências de políticas públicas e sociais, que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiças e exclusão social a que estão submetidas (BRASIL, 2008, s/p).

O PELC foi criado em 2003, a partir das experiências administrativas de gestores públicos a frente de secretarias municipais e estaduais de esporte pertencentes ao campo popular e democrático da política, bem como pelo acúmulo de conhecimentos dos setores acadêmicos da Educação Física e das Ciências do Esporte (CASTELLANI FILHO, 2007; SUASSUNA, 2009).

No desenho conceitual do Programa, encontram-se diversos pontos inovadores no trato do esporte e do lazer como política pública e social. Entretanto, ao longo dos anos, surgiram limites para a plena implementação e consolidação de tais avanços.

Neste sentido, o presente estudo procura apontar os avanços, os limites e os desafios do PELC no contexto das políticas de esporte e lazer desenvolvidas pelo Governo Federal.

Delineamento Metodológico

A presente investigação se caracteriza como uma pesquisa social de nível exploratório, uma vez que a literatura científica revela que tal temática ainda carece de estudos. A abordagem escolhida foi de caráter quantitativo-qualitativo, que se apoia no levantamento documental.

Para o desenvolvimento do estudo, realizou-se uma revisão da literatura e uma pesquisa empírica, que teve como fonte principal os documentos oficiais publicados pelo ME² e dados do portal “SIGA Brasil”, do Senado Federal (SF)³.

O recorte da pesquisa compreende o período 2003-2010 – gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Contudo, os dados

2 Disponível em: <http://www.esporte.gov.br>. Acesso em: 03 mar. 2013.

3 O SIGA Brasil é um sistema de informações sobre orçamento público desenvolvido pelo Senado Federal. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/orçamento/sigabrasil>. Acesso em: 15 mar.2013.

orçamentários de 2011 também serão utilizados na presente investigação⁴. Para a construção da análise, adotou-se o modelo formulado por Boschetti (2009). Sem desconsiderar a importância de que as análises considerem elementos essenciais, tais como: natureza do capitalismo, papel do Estado e relações com as classes sociais e o papel daquelas classes, a pesquisadora sugere três aspectos para avaliação das políticas sociais, a saber: a) configuração e abrangência dos direitos e benefícios; b) configuração do financiamento e gasto; e, c) gestão e controle social democrático.

Boschetti (2009) desdobra tais dimensões em categorias e indicadores⁵, e ressalta a necessidade do pesquisador em conhecer a política e/ou o programa a ser analisado, a fim de que possa utilizá-los ou mesmo realizar adaptações e/ou construir um novo arcabouço categorial a partir das especificidades do objeto de investigação, possibilitando uma reflexão que considere as múltiplas determinações da realidade observada.

2.O Brasil de FHC à Lula

A partir da década de 1970 eclode em diversos países mais uma crise estrutural do modo de produção capitalista. Apesar de uma retórica conciliatória, de uma nova “ordem mundial”, a referida crise foi o que faltava para a adoção de atitudes mais agressivas e aventureiras do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Neste período, o Brasil possuía um quadro social e econômico de crise, mas com peculiaridades no campo político com alternância de

4 Destaca-se que o PELC, apesar de ser criado em 2003, somente foi inscrito no Plano Plurianual (PPA) em 2004. Portanto, os dados, especialmente no que se refere ao orçamento, serão analisados a partir do referido ano.

5 Os indicadores do aspecto “Direitos e Benefícios” são: a) tipo e natureza do benefício; b) abrangência; c) critérios de acesso; d) formas e mecanismos de articulação e/ou vinculação. Em relação ao aspecto “Financiamento e Gasto”, os indicadores são: a) fontes do financiamento (progressivas e regressivas); b) direção do gasto; c) magnitude do gasto. Por fim, o aspecto “Gestão e Controle Social Democrático” apresenta os seguintes indicadores: a) relação entre as esferas governamentais; b) relação entre Estado e Sociedade; e, c) canais e mecanismos de controle democrático.

regimes e movimentos de esquerda forte, aderindo tardiamente à nova lógica do capitalismo.

O país entrou para a nova etapa do capitalismo mundial a partir do Governo Fernando Collor (1990-1992). Entretanto, “o escolhido”, de fato, pelas instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial – BM) para efetivamente colocar em ação os (des) ajustes econômicos foi o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

O eixo de seu governo seguiu as orientações do Consenso de Washington⁶. As políticas sociais foram afetadas pela lógica de racionalização dos recursos, pela ideia minimalista de Estado que transfere os serviços públicos para a esfera privada e o chamado “terceiro setor”⁷ e pela focalização do atendimento das ações estatais em detrimento da universalização, como proposto no texto constitucional (BEHRING, 2008; MONTAÑO, 2010).

A política social durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, fruto da opção (ou imposição) de um modelo de desenvolvimento econômico, não privilegiou as prescrições da Carta Magna. Na correlação de forças, conforme as classes e frações de classes sociais, prevaleceram os interesses dos detentores do capital econômico, o que levou a diminuição do gasto público e da responsabilidade do Estado como provedor de direitos sociais, transferindo para instituições não

6 “Com o intuito de orientar esse processo – fundamentalmente nos países periféricos –, em novembro de 1989 realizou-se uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, BID, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como *Consenso de Washington*. As recomendações desta reunião abarcaram dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual” (MONTAÑO, 2010, p. 29).

7 De acordo com Montano (2010, p. 22), “[...] numa perspectiva crítica e de totalidade, o que é chamado de “terceiro setor” refere-se na verdade a um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidade) para a função social de respostas às sequelas da “questão social”, seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua”.

estatais suas obrigações, seja via privatização, seja por meio de Parcerias Público Privadas (PPPs).

Os reflexos promovidos pelas políticas neoliberais de encolhimento do Estado no trato com a “questão social”, com medidas compensatórias e paliativas, não por motivo de falta de eficiência, mas por ter que se adequar à nova lógica neoliberal, reverteu, portanto, todas as conquistas adquiridas na década de 1980, ampliando, assim, a “dívida social” do País (MONTAÑO, 2010).

Em 2002, a coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com Luís Inácio Lula da Silva como candidato a Presidência da República, vence as eleições. De acordo com Sader (2010), a vitória se deve ao fracasso político e econômico do Governo anterior, da consequente reprovação da sua gestão e da resistência dos movimentos populares, mesmo golpeados pelas políticas neoliberais. Naquele pleito eleitoral, três em cada quatro brasileiros rejeitaram nas urnas a continuidade das políticas desenvolvidas pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, simbolizadas pelo seu candidato José Serra (BORON, 2010).

Conforme Boito Junior (2007), os três movimentos da política neoliberal do Governo de Fernando Henrique Cardoso favoreceram o grande capital financeiro nacional e internacional. Mas somente o primeiro – a mercadorização e a desregulamentação dos direitos sociais –, concebeu unidade à burguesia. As privatizações diminuiriam o poder dos grupos que controlavam as estatais e as empresas de médio porte que não puderam participar do processo. E, com as medidas de abertura comercial e a desregulamentação financeira, o capital industrial foi negligenciado em detrimento do grande capital financeiro.

A conquista da coalizão liderada pelo PT no segundo turno daquelas eleições engendrou um clima de euforia e comoção em grande parte da população brasileira. Afinal, era a chegada de um operário à Presidência da República. Finalmente a “esperança havia vencido o medo”. Entretanto, o PT do colégio de Sion⁸ já não era

8 Ver Singer (2009).

mais o mesmo e tinha que pagar a dívida assumida no período eleitoral com setores do capital. O primeiro desafio do novo presidente foi organizar a equipe de governo e, nos postos estratégicos, foram colocadas pessoas diretamente ligadas à burguesia – caso do Banco Central do Brasil (BCB) e dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)⁹. Para acomodar todos aqueles que formaram a aliança vencedora no pleito eleitoral, o Governo Lula ampliou o número de Ministérios e de Secretarias Especiais. Ademais, destacou-se que diversas lideranças de movimentos sociais e sindicais foram alocadas em cargos na Esplanada dos Ministérios – fato que gerou certo desconforto e apassivamento por parte daquelas entidades de representação de classe.

Após escalar a equipe, o Governo Lula se depara com a herança deixada pelo “tucanato”. De acordo com Behring (2008, p.23):

O novo governo encontra o país dilacerado e com uma série de armadilhas econômicas – com destaque para a bomba de juros em combinação com o endividamento externo e interno, somando as atitudes predatórias dos especuladores – amarras jurídicas, a exemplo da lei de responsabilidade fiscal, para que o Estado possa cumprir um papel estruturante e redistributivo. Portanto, a tarefa é a de uma corajosa reconstrução do Brasil após avalanche, o dilúvio neoliberal com suas graves sequelas, que deixa de herança um país privatizado, profundamente endividado, ainda mais desigual e violento.

Sem dúvida, a coalizão liderada pelo PT recebeu um País com uma economia em situação difícil e uma “dívida social altíssima”. E ainda, herdou consensos nacionais tecidos por anos de neoliberalis-

9 No Banco Central do Brasil, foi alocado Henrique Meirelles, ex-deputado do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Na Agricultura, foi nomeado Roberto Rodrigues, coordenador do centro do agronegócio da Fundação Getúlio Vargas. E na pasta de Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, presidente do conselho de administração do grupo Sadia, do qual é acionista.

mo, incorporados na chamada “carta ao povo brasileiro”¹⁰. Os princípios da sua gestão constam neste documento, lançado antes do pleito de 2002, na tentativa de acalmar o mercado financeiro, ou seja, a fração hegemônica no bloco de poder.

Em tal documento, o PT se compromete a cumprir todos os contratos firmados, em pagar juros da dívida externa e combater a inflação. Por outro lado, também expressa o desejo da mudança, de diminuir a desigualdade e ampliar os investimentos no campo social.

Ao assumir, em 2003, o Governo, aquela aliança manteve o tripé da política macroeconômica, o controle da inflação, o câmbio flutuante e o superávit primário, inclusive com mais consistência que o governo anterior¹¹. Neste sentido, ocorreu no Brasil a repetição das ações adotadas no passado “ratificando-se o rumo neoliberal adotado por sucessivos governos brasileiros, se bem com um ligeiro matiz, especialmente sobre o final do primeiro mandato de Lula: a extensão do “bolsa família” [...]” (BORON, 2010, p. 75).

Desta forma, uma primeira compreensão do Governo Lula é a opção pela continuidade das alianças com a burguesia, negligenciando o caminho das reformas profundas, ao governar, segundo as regras do “possibilismo”, o desenvolvimento dentro da ordem capitalista.

Entretanto, alguns intelectuais ligados ao Governo afirmam que é um equívoco estabelecer linearidade entre as políticas de Fernando Henrique Cardoso e de Lula. Estes argumentam que apesar da manutenção dos pilares macroeconômicos do neoliberalismo, houve

10 Singer (2009; 2011) considera que a “carta ao povo brasileiro” foi sendo tecida desde a derrota do PT em 1989. Nas eleições daquele ano, no segundo turno, houve polarização por renda nas eleições e Collor obteve o maior percentual dos votos entre os eleitores mais pobres. O documento lançado em 2002, como estratégia de campanha, torna-se orientação do partido, pois, o Governo, ao manter o tripé da política econômica neoliberal, impede reações do capital à sua política social, e possibilita ao PT, sem grandes instabilidades, a adesão do subproletariado.

11 De acordo com Paulani (2012), complementarmente, outras medidas também são tomadas para concluir o processo de inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira: extensão da reforma da previdência aos servidores públicos, a reforma da lei das falências e as medidas para aumentar o grau de abertura financeira.

um rompimento, a partir de 2006¹², com maior presença do Estado, ao direcionar os investimentos e ampliar o crédito, ao redistribuir a renda com aumento real do salário mínimo, ao ampliar as políticas sociais focalizadas, como, por exemplo, o Programa “Bolsa Família”. Da mesma forma, ao reorientar a política externa do País, com superávits da balança comercial, em especial, em *commodities*, com o pagamento da dívida com o FMI e a diminuição da dependência dos Estados Unidos da América (EUA), ampliando o arco de relações do comércio externo, especialmente com os países localizados ao sul do globo (ROUSSEFF, 2010; POCHMANN, 2011).

Fagnani (2011, p.76) também compartilha desta posição. De acordo com aquele autor, a partir de 2006, o Governo caminhou “no sentido de construir uma nova estratégia de proteção social baseada no desenvolvimento econômico com estabilidade, distribuição da renda e convergência entre as ações universais e focalizadas”.

Observa-se, por fim, que a estratégia de desenvolvimento do Governo Lula põe em cheque a visão dicotômica existente entre política social e política econômica. O gasto social alimenta e re-alimenta decisiva e positivamente a economia brasileira. “Sem as transferências previdenciárias, assistenciais, trabalhistas, sem os serviços e os bens relacionados à habitação e ao saneamento, a economia do país daria vários e vários passos atrás” (FERREIRA *et al*, 2010, p. 18). Neste sentido, a política social está intrinsecamente ligada à política econômica, potencializando a acumulação capitalista.

A organização das políticas econômicas e sociais do Governo Lula cria um modelo alcunhado por apoiadores de neodesenvolvimentistas e por críticos de linha liberal-desenvolvimentista. Apesar da denominação utilizada, trata-se de um modelo que possui limites e avanços. Diante do exposto até aqui, instiga saber como se configurou a política esportiva brasileira. Para responder a referida questão, é preciso analisar um dos principais programas do ME: o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).

12 Em 2006 e 2010, a coalizão liderada pelo PT venceu as eleições para Presidente da República. Lula foi reeleito em 2006 e, em 2010, a candidata vitoriosa foi Dilma Rousseff.

3. O direito ao esporte e o Programa Esporte e Lazer da Cidade

Conforme Manhães (2002, p.25), até a Constituição Federal (CF) de 1988, “todas as medidas definidoras de políticas, conceito e prioridades, no campo do esporte, foram originárias do período chamado Estado Novo [...] com modificações apenas periféricas ou formais”.

Com a nova Carta Magna, o esporte passa a figurar como direito de cada um e um dever do Estado. Apesar disso, continuou, ao longo da década de 1990, marginalizado no momento da elaboração e implementação de políticas públicas. Os poucos recursos destinados para políticas sociais são prioritariamente, frente o quadro de desigualdade social, para alguns campos específicos, a saber: educação, saúde, habitação e segurança (BRACHT, 2005; SUASSUNA, 2007).

Em 2003, surge o Ministério do Esporte (ME), com a missão de “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando, para o desenvolvimento nacional e humano (BRASIL, 2003, p.1)¹³. Assim, havia uma esperança de que, finalmente, o texto da CF de 1988, que garante o esporte como direito, fosse materializado pelo Estado.

Entre os diversos programas desenvolvidos pelo ME, destacamos o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Conforme Castellani Filho (2007, p.7), o PELC busca materializar o acesso ao esporte e ao lazer por meio da ação governamental, revertendo a lógica até então predominante e “oferecendo respostas à necessidade so-

13 O Decreto nº. 4.668, de abril de 2003, criou a estrutura e os órgãos do Ministério do Esporte, com as seguintes secretarias finalísticas: Secretaria Nacional do Esporte Educacional (SNEED); Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL); e, a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento. Porém, com o Decreto nº. 7.529/2011, houve uma reestruturação do referido Ministério, apresentando-se da seguinte forma: Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS); Secretaria Nacional do Esporte de Alto Rendimento (SNEAR); e, Secretaria Nacional do Futebol e Direitos do Torcedor.

cial” por políticas de esporte e de lazer apoiadas no “projeto histórico de emancipação humana”.

Para Mascarenhas (2007, p.18), o ponto central do programa é “a problemática do lazer em suas inter-relações com a educação e a cidadania”, buscando, de acordo com Castellani Filho (2007), a autonomia esportiva e de lazer do cidadão.

O programa está ancorado em três eixos, a saber: a) manter os núcleos esportivos nas comunidades e fomentá-los; b) consolidar os Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede Cedes); e, c) Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer (BRASIL, 2012).

Para a viabilidade das ações, são firmadas parcerias com governos estaduais e municipais, organizações do “terceiro setor” e instituições federais e estaduais de ensino. Em termos gerais, os princípios do PELC são os mesmos presentes no documento “Política Nacional de Esporte”, publicado em 2005, a saber: a) da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e violência social; b) do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado; c) da universalização e inclusão social; e, d) da democratização da gestão e da participação (BRASIL, 2005).

Quanto ao eixo “Funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer”, objeto do presente estudo, o programa ampliou gradualmente, ao longo dos anos, a oferta de atividades de lazer para a população brasileira nas diversas faixas etárias¹⁴ (BRASIL, 2011).

14 Souza et al (2010) identificou que entre os beneficiados do Programa, destacam-se crianças e adolescentes. Entre os adultos jovens (18 a 44 anos), tinha-se 12,2%, 9% tinha entre 45 e 59 anos e 7,5% possuía mais de 60 anos. Os dados apresentados *a priori* demonstram a dificuldade do referido Programa em chegar à população em idade laboral. Outro ponto que também merece discussão é sobre como vem sendo tratado o princípio da intergeracionalidade no PELC. A possibilidade de troca de conhecimentos, de cultura entre as diferentes gerações, que seria um dos pilares do Programa, enfrenta dificuldades de concretização, seja pelo não entendimento dos gestores locais, seja pela fragmentação das ações do ME em grupos específicos, ou ainda, pelo baixo público em idade mais avançada, por falta de interesse ou de oferta de atividade.

Os núcleos atendem no máximo quatrocentos inscritos, sob a coordenação de um profissional indicado pelo Município e com atuação de seis agentes sociais de esporte e lazer¹⁵. As atividades contemplam as diversas manifestações culturais, sendo organizadas sob a forma de oficinas, ministradas por aqueles agentes (profissionais selecionados conforme as diretrizes do Programa e as oficinas ofertadas pelos núcleos) com local e horário pré-estabelecido, de caráter permanente e/ou rotativo, de acordo com as características e interesses dos participantes, sendo desejável que os participantes frequentem no mínimo duas atividades diferentes.

Além das atividades regulares, as diretrizes prevêm atividades assistemáticas (eventos), cujo objetivo é a integração entre os participantes do núcleo com os demais cidadãos. Os eventos são vistos como parte integrante da execução do PELC, organizados de forma coletiva, envolvendo a comunidade como um todo, nos diversos momentos da execução do convênio.

Até 2010, foram formalizados seiscentos e setenta convênios, que permitiram 10.602.559 atendimentos de cidadãos de 1.277 Municípios, com atividades de esporte recreativo e de lazer, gerando 18.995 postos de trabalhos e 22.898 agentes sociais e gestores capacitados em 64 horas de curso, divididas em módulo introdutório e de avaliação (BRASIL, 2011).

Apesar dos dados serem expressivos para a realidade do setor esportivo brasileiro, o Governo Federal está bem distante de implementar uma política universal de esporte e lazer. No caso do PELC, ao longo dos anos, houve uma contenção de recursos para o Programa (CASTELAN, 2011).

Além disso, Neto, Vieira e Athayde (2012, p. 12) destacam como limites para a plena implementação do PELC, “a dificuldade do poder público perceber outras organizações da sociedade civil como parceiras em potencial, bem como a espantosa limitação em superar o modelo piramidal ligado ao esporte”.

15 No caso do PELC Vida Saudável, que atende o público idoso, existe um coordenador de núcleo e dois agentes sociais de esporte e lazer.

Outro obstáculo ao desenvolvimento dos núcleos do Programa é a precariedade e a má distribuição da infraestrutura esportiva e de lazer existente nos Municípios. Apesar da existência de um eixo no PELC ligado à construção e modernização de espaços esportivos, os recursos orçamentários, especialmente as emendas, atendem prioritariamente os redutos eleitorais dos parlamentares, sem um levantamento da real necessidade dos locais (MATIAS, 2013).

Via de regra, essas emendas atendem interesses das bases eleitorais de deputados e senadores (comunidades urbanas e rurais, entidades beneficentes, clubes, igrejas, etc). No caso do orçamento para atividades esportivas e de lazer, é muito solicitada a construção de quadras, piscinas e ginásios poliesportivos, preferencialmente em estabelecimentos públicos de ensino. (...) Já virou rotina o orçamento da União estourar, por causa do excesso de emendas de parlamentares. (BOUDENS, 2007, p. 93).

Tal prática corrobora para a pulverização dos recursos públicos, ou seja, para a distribuição dos gastos com o esporte por inúmeras obras, através de parcelas muitas vezes insuficiente para a conclusão de projetos. Assim, os recursos que poderiam compor a dotação global para o setor, distribuídos conforme uma política nacional democrática, participativa e descentralizada, uma vez marcados sob a forma das emendas, acabam por servir à articulação de demandas locais fundadas em interesses eleitorais dos parlamentares (BEZERRA, 1999; BOSCHETTI, 2003).

Portanto, por mais que o desenho conceitual do PELC seja inovador para o campo das políticas de esporte, superando a lógica da pirâmide esportiva, tratando “o esporte e o lazer como instâncias de emancipação e desenvolvimento humano” (GUALBERTO e LINHALES, 2009, p. 88), a complexa dinâmica social brasileira engendra limites para a consolidação desse avanço.

4. Configuração do financiamento e do gasto

A análise orçamentária do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), no que se refere ao eixo “Funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer” será feita tendo como referência as categorias de Boschetti (2009). Ela trabalha com três indicadores, que compreendem: a) as fontes do financiamento; b) a direção dos recursos; e, c) a magnitude dos gastos. Para este texto seguiremos estas referências da autora e seus desdobramentos.

As fontes para o financiamento do esporte são: a) orçamentárias: aquelas cujos recursos transitam pelo orçamento federal, oriundos de taxas, impostos, contribuições etc; b) extraorçamentárias: cujos recursos são repassados diretamente às entidades esportivas, caso do repasse das loterias; c) indiretas: cujos recursos são provenientes de desoneração tributária, como exemplo temos a Lei de Incentivo ao Esporte.

No presente estudo, com base nos dados disponíveis no Portal Siga Brasil analisamos o montante e a destinação dos recursos do Ministério do Esporte (ME) no período de 2004 a 2011, com ênfase para o PELC.

No intervalo de tempo citado ficaram em vigência o Plano Plurianual (PPA) 2004/2007 (Plano Brasil de todos) e 2008/2011 (Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade)¹⁶. Com base nos PPAs vigentes e na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) é formulada a Lei Orçamentária Anual (LOA). No caso do Governo Federal a LOA é formada pelo: a) orçamento fiscal; b) orçamento da seguridade social; c) orçamento de investimento das empresas estatais.

16 PPA são as estratégias, metas e diretrizes para o setor público. Ele é elaborado no primeiro ano de mandato do presidente, no âmbito federal, e de governadores e prefeitos, em nível estadual e municipal respectivamente

Tabela 1: Características do PPA; LDO; LOA

| | PPA | | LDO | | LOA | |
|----------------------|---|--|---|--|---|--|
| | Prazo | responsável | prazo | responsável | prazo | responsável |
| Elaboração | 31 de agosto do primeiro ano de mandato. | Executivo | 15 de abril de todos os anos. | Executivo | 31 de agosto de todos os anos. | Executivo |
| Discussão e votação | Até 15 de dezembro. | Legislativo | Até 30 de junho. | Legislativo | Até 15 de dezembro. | Legislativo |
| Execução | Durante os últimos 3 anos de um governo e o primeiro ano do governo seguinte. | Ministérios, secretarias e outros órgãos do executivo. | Durante a elaboração da LOA e o ano seguinte. | Ministérios, secretarias e outros órgãos do Executivo. | 1o de janeiro a 31 de dezembro do ano seguinte. | Ministérios, secretarias e outros órgãos do Executivo. |
| Avaliação e controle | Interno, durante a execução. Externo, durante e após o fim da execução. | Ministérios, Legislativo, Tribunal de Contas, sociedade civil. | Interno, durante a execução. Externo, durante e após o fim da execução. | Ministérios, Legislativo, Tribunal de Contas, sociedade civil. | Interno, durante a execução. Externo, durante e após o fim da execução. | Ministérios, Legislativo, Tribunal de Contas, sociedade civil. |

Fonte: www.inesc.org.br. Acesso em: 10/08/2015. Elaboração dos autores.

Destaca-se que ao longo do ano vigente o governo pode solicitar ao Congresso créditos adicionais, o que eleva o valor autorizado para ser gasto. A tabela abaixo (nº 2) demonstra como é feita a execução orçamentária.

Tabela 2: passos da execução financeira¹⁷

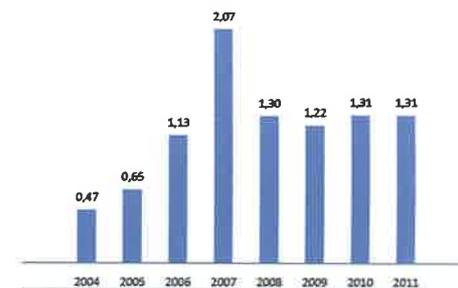
| Lei após vetos (dotação inicial) | Créditos adicionais + remanejamentos | Lei + créditos (autorizado) | Empenhado | Liquidado | Valores pagos |
|----------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|-----------|-----------|---------------|
| A | B | C = A + B | D | E | F |

Fonte: www.inesc.org.br. Acesso em 10/08/2015. Elaboração dos autores.

Na execução do orçamento de um ano, o governo pode ter pagamentos de produtos de anos anteriores, o que se enquadra nos Restos a Pagar. No portal Siga Brasil essa informação não está disponível para os anos que estamos analisando neste estudo. Por isso, a escolha de trabalharmos com os valores autorizados e liquidados.

No gráfico 1 é possível perceber as oscilações do volume de recursos liquidados pelo ME no período de 2004-2011.

Gráfico 1: evolução do orçamento do Ministério do Esporte, valores em bilhões de R\$ deflacionados pelo IGP-DI.



Fonte: SIGA Brasil. Elaboração dos autores (2015).

17 A dotação inicial representa aquilo que foi previsto na LOA; O autorizado é o que consta na LOA, somado aos créditos adicionais aprovados ao longo do ano; empenhado, significa que a União se compromete a reservar o recurso para cobrir a despesa; liquidado é o reconhecimento de que o produto contratado foi entregue; pago é a fase em que o governo quita o débito.

Percebe-se que há uma descontinuidade no montante aplicado pelo Ministério do Esporte (ME). Destaca-se que o pico no orçamento ocorre justamente no ano de realização dos Jogos Pan-Americanos. Após o Pan, o orçamento do ME diminui, mas a patamar não inferior a execução de 2006. Assim, no período que vigora o PPA “Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade” (2008-2011), aumenta o volume de recursos destinados ao esporte.

No que se refere a destinação dos recursos, em um primeiro momento a ideia era confrontar os valores autorizados e liquidados entre os programas e identificar o lugar do PELC, no entanto, na organização dos dados foi observado um volume elevado de recursos destinados para infraestrutura e também para a realização de grandes eventos. Dessa forma, optamos inicialmente por elaborar categorias de análise a partir dos programas constantes nos PPAs e das ações privilegiadas (Tabela 3) e, posteriormente, apresentar o percentual de cada programa em relação ao orçamento do esporte.

Tabela 3: Programas do PPA 2004/2007 e 2008/2011 x categorias de análise

| PPA 2004/2007 | PPA 2008/2011 | Categorias |
|--|---|--------------------------------|
| Inserção social pela produção de material esportivo | Inclusão social pelo esporte | Produção de Material Esportivo |
| Identidade étnica e patrimônio cultural dos indígenas; | Proteção e promoção dos povos indígenas | Vivência esportiva |
| Esporte e Lazer da Cidade (PELC) | Esporte e Lazer da Cidade | |
| Programa Segundo Tempo (PST) | Vivência e iniciação esportiva educacional – Programa Segundo Tempo (PST) | |
| Brasil no Esporte de Alto Rendimento (BEAR) | Brasil Campeão | |
| Operações Especiais | Operações Especiais | Grandes eventos |
| Rumo ao Pan | - | |
| Apoio administrativo | Apoio Administrativo | Gestão |
| Gestão das Políticas de Esporte e Lazer | Gestão das Políticas de Esporte e Lazer | |
| | | Infraestrutura* |

Fonte: PPA 2004/2007; PPA 2008/2011. Elaboração dos autores (2015).

* O gasto com infraestrutura perpassa todos os programas do Ministério do Esporte.

A primeira categoria corresponde ao programa de produção de material esportivo em penitenciárias e em comunidades pobres. A segunda se relaciona a vivência esportiva nas três dimensões do esporte (educacional, participação e rendimento); A terceira categoria Grandes Eventos guarda correspondência ao apoio para a realização dos Jogos Pan Americanos (2007), Copa FIFA (2014) e Jogos Olímpicos (2016); A categoria Gestão se refere as ações do Ministério do Esporte e da APO para o desenvolvimento dos demais programas, nisso inclui capacitação do quadro de Recursos humanos, gestão dos programas, garantia dos benefícios dos servidores etc. Por fim, a categoria Infraestrutura, que engloba os gastos com reforma, manutenção e construção de infraestrutura para a vivência esportiva.

Tabela 4: Comparação entre a autorizado e liquidado, no período de 2004 a 2011, valores em bilhões R\$ deflacionados pelo IGP-DI.

| Categoria | Autorizado (bilhões) | Liquidado (bilhões) |
|--------------------------------|----------------------|---------------------|
| Infraestrutura | 5,615 | 3,422 |
| Grandes Eventos | 2,867 | 1,460 |
| Vivência Esportiva | 1,476 | 1,173 |
| Gestão | 0,692 | 0,566 |
| Produção de Material Esportivo | 0,301 | 0,090 |

Fonte: SIGA Brasil – Senado Federal. Elaboração dos autores (2015).

Nota-se que o gasto do ME se concentra no desembolso de recursos em infraestrutura e na realização de grandes eventos esportivos, secularizando o investimento na prática esportiva como atividade fim, seja educacional, participação ou rendimento.

Diante deste quadro, é importante advertir que os gastos com Infraestrutura estão, quase sempre, lastreados em recursos provenientes de emendas parlamentares. Já os investimentos na organização de grandes eventos se articula ao projeto nacional desenvolvimentista do governo federal, beneficiando grandes empresas do setor produtivo e de serviços.

Na tabela 5 pode ser visto o quanto foi destinado para os programas no período de vigência dos PPAs 2004-2007 e 2008-2011, bem como o montante para infraestrutura e grandes eventos.

Tabela 5: Comparação entre o autorizado e liquidado no período de 2004 a 2011, valores em bilhões de R\$ deflacionados pelo IGP-DI.

| Categoria | Autorizado (bilhões) | Liquidado (bilhões) |
|--|----------------------|---------------------|
| Infraestrutura | 5,615 | 3,423 |
| Grandes Eventos | 2,867 | 1,460 |
| Gestão | 0,692 | 0,566 |
| PST | 0,932 | 0,695 |
| PELC | 0,270 | 0,172 |
| BEAR | 0,423 | 0,302 |
| Inserção social pela produção de material esportivo | 0,147 | 0,115 |
| Identidade étnica e patrimônio cultural dos indígenas; | 0,005 | 0,001 |

Fonte: SIGA Brasil – Senado Federal. Elaboração dos autores (2015).

Portanto, em relação ao direcionamento dos recursos, não resta dúvida que nos dois PPAs (2004-2007; 2008-2011), o foco foi a infraestrutura e grandes eventos. Os programas de vivência esportiva (educacional, participação e rendimento), seja no autorizado ou no liquidado, não são a prioridade do gasto esportivo do ME.

Se isolarmos os programas de atividade fim (PELC; PST; BEAR), percebe-se que o maior investimento é no Programa Segundo Tempo (PST), que atende crianças e adolescentes com múltiplas vivências esportivas. Desta forma, estaria o ME cumprindo

o preceito constitucional de privilegiar os recursos para o esporte educacional. Ressaltamos, que isso só é possível se separamos o gasto dos programas finalísticos do gasto em infraestrutura e grandes eventos (Pan; Jogos Mundiais Militares; Copa FIFA 2014 e Jogos Rio 2016).

O PELC por mais que tenha um desenho conceitual inovador, possui baixa execução orçamentaria no atendimento direto aos beneficiados. Destaca-se que os recursos destinados para o funcionamento de núcleos do programa são para que os parceiros realizem o pagamento de recursos humanos, para a aquisição dos materiais esportivos e suplementares, e para o desenvolvimento das demais ações que, porventura, possam ter sido pactuados.

As políticas sociais de esporte e lazer, materializadas especialmente através do PST e do PELC, nos últimos anos ficaram submissas à agenda do esporte enquanto emulador do crescimento econômico, com investimento na realização de grandes eventos e na construção e manutenção de equipamentos esportivos, na maioria das vezes sem qualquer planejamento-manutenção e uso (MASCARENHAS *et al.*, 2012).

5. Gestão e Controle Democrático

Sobre este terceiro aspecto, Boschetti (2009) destaca três indicadores de análise, a saber: a) relação entre esferas governamentais; b) relação entre as esferas não governamentais; e, c) participação e controle social, sendo este último o foco do presente estudo.

O modelo de gestão do Programa considera como fundamental a descentralização e a participação dos sujeitos sociais. A gestão dos núcleos é feita pelo Comitê Gestor, composto de membros da entidade conveniada, trabalhadores do Programa, beneficiados e movimentos populares. Estes possuem a responsabilidade de “acompanhar, coordenar, fiscalizar e monitorar as ações do convênio; efetivar a avaliação processual dos agentes sociais de esporte e lazer e das atividades desenvolvidas, além de realizar reuniões regulares” (BRASIL, 2012, p. 18).

O Governo Federal garante boa parte dos recursos, e as entidades conveniadas (Governos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Organizações Não Governamentais

- ONGs) contribuem com um percentual menor. A União ainda “acompanha e orienta a organização dos núcleos de esporte e lazer, apresentando diretrizes e princípios veiculados por meio de uma política de formação” (HUNGARO *et al*, 2012, p. 86).

Pela própria concepção do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), os parceiros preferenciais para o desenvolvimento do programa são entidades públicas. Contudo, na impossibilidade legal e ausência do interesse desses, de forma contraditória, foram realizados diversos convênios com entidades do “terceiro setor”¹⁸. Neste sentido, vale observar o caso do Distrito federal:

[...] pela oposição política ao Governo Federal, a materialização dos programas federais – para implementar núcleos do programa em questão – foi inviabilizada na relação entre os entes federativos. Nessas circunstâncias, os militantes progressistas do campo do esporte e lazer que residiam no Distrito Federal tiveram de buscar saídas para que a população pudesse ter acesso a esta política do Governo Federal. A saída foi a criação de um consórcio de entidades da sociedade civil, com tradição de lutas sociais, vinculados ao esporte e lazer (*ibid*, p. 58).

As parcerias com entidades públicas e privadas na tentativa de garantir o acesso ao lazer a todos os cidadãos possui o acompanhamento da sociedade civil por meio do sistema de ouvidoria do Ministério do Esporte (ME) e, principalmente, através da organização social, que é indicada pelo parceiro para acompanhar o desenvolvimento das oficinas, dos eventos realizados e das ações de formação modular (BRASIL, 2012).

18 Harvey (2011, p. 204) comenta que as entidades do chamado “terceiro setor”, financiadas por interesses estatais e privados, se abstém de uma política estritamente capitalista, mesmo defendendo ideias e causas progressistas. “Em alguns casos, no entanto, elas são ativamente neoliberais, defendendo a privatização de funções do Estado de bem-estar social ou promovendo reformas institucionais para facilitar a integração de populações marginalizadas no mercado[...]”.

Se no âmbito local, o PELC requer parcerias para ser implementado, no cenário nacional, o Programa tem como uma de suas marcas a intersetorialidade; possui parcerias com o Ministério da Educação (MEC), através do Programa “Mais Educação”; com o Ministério do Turismo (MTur), por meio do Programa “Viaja Mais – Melhor Idade”; com o Ministério da Cultura (MinC), com o Programa “Mais Cultura”; com o Ministério da Justiça (MJ), no caso do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRO-NASCI); e, com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (SOUZA *et al*, 2010).

O caráter interdisciplinar do Programa requer uma equipe de trabalho também multiprofissional, o que se concretiza por meio dos agentes sociais de esporte e lazer. Assim, os trabalhadores do PELC possuem formação variada e com “[...] perfil de mobilizadores sociais, com legitimidade junto à comunidade para, a partir de suas inserções, exercerem o papel de aglutinadores dessas comunidades [...]” (CASTELANNI FILHO; VERONEZ; LIAO, 2008, p. 82) e incentivadores à vivência dos conteúdos do lazer (atividades artísticas, físicas, manuais, turísticas e intelectuais).

A formação continuada promovida pelo Programa é fundamental tanto para a formação profissional dos trabalhadores e gestores do referido Programa, para a avaliação do trabalho realizado, bem como para promover à auto-organização da comunidade e dos agentes sociais.

Tal formação se dá em três níveis, a saber: local, regional e nacional. O primeiro restringe a questões teórico-pedagógicas e administrativas do convênio, e os outros, problematizam as referidas questões a nível nacional. A formação local é dividida em pelo menos três momentos, quais sejam: a) um introdutório, com caráter de aproximação aos conceitos, princípios do programa; b) o segundo, articulado à execução do convênio; e, c) ao final, avaliando o programa (NETO; VIEIRA e ATHAYDE, 2012).

Como pano de fundo, o PELC propõe, após o término do convênio, que a comunidade tenha uma estrutura governamental e con-

hecimentos para continuar e reformular as ações sistemáticas e assistemáticas de lazer desenvolvidas¹⁹.

Tem-se aí uma importante inovação no modelo de gestão de Programas de esporte e lazer no País. Uma proposta que aposta na emancipação dos participantes, mesmo reconhecendo os limites da ordem social vigente, o que significa a construção de uma autonomia esportiva.

Apesar das mudanças ocorridas nos últimos anos, o PELC ainda continua com um modelo de gestão que se propõe como democrático e participativo. Contudo, as dificuldades dos gestores em compreender suas nuances ainda persistem. Afinal, o modelo tradicional burocrático e centralizado permeia a Administração Pública.

Assim, mesmo que os documentos oficiais apontem pela democratização, descentralização e participação social, como é o caso do PST, cresce a preocupação dos gestores em estabelecer critérios e padrões para celebração e execução do Programa, como fica evidente em suas diretrizes.

Enquanto a adoção de critérios rígidos busca garantir um mínimo de qualidade no atendimento aos beneficiados, também pode comprometer a possibilidade anunciada nas diretrizes de auto-organização e trabalho coletivo, engessando o funcionamento dos núcleos.

Apesar de, formalmente, o PELC estimular a participação social, é possível notar a existência de barreiras, seja pelo desinteresse da comunidade ou a ausência de uma estratégia efetiva do ME de estímulo e de valorização do controle democrático exercido pelos cidadãos (VIEIRA *et al.*, 2011)

A participação da comunidade no desenvolvimento do Programa continua sendo um grande desafio para os gestores públicos, seja no âmbito federal ou estadual e municipal, que executam a parceria.

19 Souza et al (2010) constataram algo interessante ao entrevistarem os beneficiados do Programa. Quando perguntados o que aconteceria quando o convênio terminar a vigência, mais da metade responderam que a comunidade reivindicaria junto aos órgãos públicos a continuidade das atividades, ou iria continuar independente do Programa

6. Considerações Finais

O presente estudo realizou uma análise da execução do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) no período 2004-2010, nos aspectos referentes ao direito ao esporte e lazer, ao financiamento e à gestão do Programa, no contexto das políticas sociais desenvolvidas pelo Governo Lula e da realização, nos próximos anos, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

A partir de 2003, as políticas de esporte e lazer se tornaram de responsabilidade do Ministério do Esporte (ME). Pela primeira vez, o País passava a ter uma pasta específica para o campo esportivo. No conjunto de Programas implementados, destaca-se o PELC. Com um desenho conceitual inovador, possui em suas diretrizes, pressupostos (auto-organização, trabalho coletivo, intergeração etc.) que rompem com as políticas tradicionalmente desenvolvidas no setor.

O Programa, inspirado em experiências acadêmicas e de administrações do campo popular e democrático, se estrutura em três eixos, a saber: a) funcionamento de

núcleos de esporte recreativo e de lazer; b) desenvolvimento de infraestrutura; e, c) rede de centros de desenvolvimento de pesquisa.

Os núcleos de esporte recreativo e de lazer, eixo articulador do Programa, foram o foco de análise do presente estudo. A compreensão do esporte e lazer como direito social possibilitam aos participantes, por meio do PELC, a vivência de atividades culturais sistemáticas (oficinas) e assistemáticas (eventos) desenvolvidas pelos trabalhadores vinculados ao Programa (agentes sociais).

Cada núcleo do Programa atende cerca de quatrocentas pessoas de todas as idades nos espaços (públicos ou privados) existentes na comunidade, sendo que em cada núcleo possui um coordenador e seis agentes sociais. Ressalta-se que a quantidade de núcleos em cada convênio é definida pelo número de habitantes do município.

Apesar do seu desenho inovador, o programa sofreu ao longo dos anos com a asfixia orçamentaria. Diante de um orçamento

ministerial pequeno e constantemente contingenciado, de disputas no interior do ME e da priorização do Programa Segundo Tempo (PST) como principal Programa social e esportivo da pasta ministerial, o PELC sobreviveu basicamente em função das emendas parlamentares (CASTELAN, 2011).

O crescimento no orçamento nos últimos anos reflete o crescimento de recursos recebidos pelo ME. O PELC continua preterido pela gestão da pasta, confirmada pela ausência em 2011 de edital para a formalização de novas parcerias.

Quanto ao aspecto da gestão e do controle democrático, o Programa prevê o compartilhamento de responsabilidades, com a formação de um grupo gestor. No desenho conceitual do Programa, a sociedade civil é estimulada a acompanhar a execução e sugerir mudanças para o aperfeiçoamento das atividades ofertadas.

Ao fim das atividades ofertadas pelo convênio, a perspectiva é que a comunidade reconheça o esporte e o lazer como direitos sociais e possam reivindicar a continuidade das ações e/ou fazer autonomamente.

Por fim, é preciso apontar algumas barreiras para a boa execução do Programa. Sem dúvida, a principal é a orçamentaria, mas ainda existe a dificuldade dos gestores conveniados em entender a proposta do PELC, muito pela hegemonia no setor do modelo piramidal, tradicionalmente vinculado ao esporte de alto rendimento.

Outra limitação é a dificuldade em trabalhar o Programa de forma que promova a troca de experiências entre as diferentes gerações. É preciso que a formação promovida pelo ME possibilite aos agentes sociais a compreensão dos conhecimentos pedagógicos relacionados ao esporte e ao lazer, a partir dos pressupostos teóricos que sustentam o Programa.

Diante do exposto, tem-se a certeza da necessidade de novas investigações, que visem aprofundar algumas das temáticas elencadas, contribuindo para o aperfeiçoamento do PELC como política que garante a todos o direito de acesso ao esporte e ao lazer.

7. Referências

- ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. **Programa Segundo Tempo: Conceitos, Gestão e Efeitos**. Brasília, 2009. 189f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, UNB, 2009.
- _____. O “lugar do social” na política de esporte do governo Lula. **SER Social**. Brasília, v. 13, n. 28, p. 184-209, jan./jun. 2011.
- BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEZERRA, M. O. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- BOITO Jr., Armando. Estado e burguesia no capitalismo neoliberal. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 28, p. 57-73, jun.2007.
- BORON, Atilio A. **O socialismo no século 21: Há vida após o neoliberalismo?** Trad. Fabiane Tejada da Silveira *et al.* São Paulo: Expressão popular, 2010.
- BOSCHETTI, I. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Brasília: Edição da autora, 2003.
- _____. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. v.1, p. 575-592.
- BOUDENS, E. P. J. **O financiamento do esporte no primeiro mandato de Lula (2003-2006)**. Rio de Janeiro: T+8; Usina de Letras, 2007.
- BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3. ed. Injuí: Ed. Unijuí; 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, subsecretaria de edições técnicas, 1988.
- _____. **Decreto nº 4.668**, de 09 de abril de 2003. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Esporte, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 10 de abril, 2003, p.2.
- _____. **Política nacional do esporte**. Brasília: Ministério do Esporte, 2005. 44 p.
- _____. **Manual de implementação do programa esporte e lazer da cidade**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.
- _____. **III Conferência nacional do esporte: texto básico**. Brasília: Governo Federal, Ministério do Esporte, 2010.
- _____. Ministério do Planejamento. **Esporte**. 2011. Brasília. Disponível em: https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro4/4.4_Esporte.pdf. Acesso em 10 set. 2012.
- _____. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. **Orientações para implementação do Programa Esporte e Lazer da**

Cidade. Brasília. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2012/diretrizesPELC2011.pdf>. Acesso em: 11 set. 2012.

CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. Campinas, 2011. 188f. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2011.

CASTELLANI FILHO, LINO. O projeto social esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual à sua implementação. In: CASTELLANI FILHO, Lino (Org.). **Gestão pública e política de lazer: a formação dos agentes sociais**. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____; VERONEZ, L. F.; LIAO, R. O esporte recreativo, o lazer, a saúde, a ciência e tecnologia no âmbito da política nacional do esporte no 1º Governo Lula-2003/2006. In: HUNGARO, E. M.; SOUSA, W. L. L. de (Org.). **Cultura, Educação, Lazer e Esporte**. Santo André: Alpharrabio, 2008.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. Rio 2016: cidade candidata. **Dossiê de candidatura**. V. 1. Rio de Janeiro: COB, 2009.

FAGNANI, Eduardo. A política social do governo Lula: perspectiva histórica. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 41-80, jan./jun. 2011.

FERREIRA, Helder *et al.* **Perspectivas da política social no Brasil**. Instituto de pesquisa e econômica aplicada. Brasília: IPEA, 2010

GUALBERTO, Cláudio; LINHALES, Meily Assbú. **Análise do PELC no Município de Periquito/MG: o ponto de vista de uma comunidade usuária**. In: BRASIL. Ministério do Esporte. Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social. Coletânea de Premiados de 2008. Brasília: Ministério do Esporte, 2009. 432 p.

HARVEY, David. **O Enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HUNGARO, Edson Marcelo. *et al.* O programa esporte e lazer da cidade e a sociedade civil do Distrito Federal. In: FILGUEIRA, Dulce; NETO, Alfredo Feres (Org.). **Esporte e lazer: a cidadania em construção**. Brasília: Thesaurus, 2012.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de esportes no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: graal, 2002.

MASCARENHAS, Fernando. Outro Lazer é possível! Desafio para o Esporte e Lazer da Cidade. In: CASTELLANI FILHO, Lino (Org.). **Gestão Pública e Política de Lazer: A Formação de Agentes Sociais**. Campinas: Autores Associados, 2007.

MASCARENHAS, F. *et al.* O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. **Revista da ALESDE**, Curitiba, v.2, n. 2. p. 15-32, ago./dez.2012.

MATIAS, Wagner Barbosa. **O enigma olímpico: o controverso percurso da agenda e políticas esportivas no Governo Lula**. Brasília, 2013. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, UnB.

MÉSZAROS, István. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo *et al.* 2. ed., ver. e amp. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTÃO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6. ed. São Paulo: cortez, 2010.

NETO, Alfredo Feres; VIEIRA, Luiz Renato; ATHAYDE. Estado, poder e programas sociais: O PELC e o governo Lula. In: FILGUEIRA, Dulce; NETO, Alfredo Feres (Org.). **Esporte e lazer: a cidadania em construção**. Brasília: Thesaurus, 2012.

PAULANI, Leda Maria. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história. **Boletim de economia e política internacional**. Instituto de pesquisa econômica aplicada. Diretoria de estudos e relações econômicas e políticas internacionais, n.10, abr./jun., 2012.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

ROUSSEFF, Dilma. Um país para 190 milhões. In: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (Org.) **Brasil entre passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SADER, Emir. Brasil, de Getúlio a Lula. In: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir (Org.) **Brasil entre passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. **Revista novos estudos**. Ed.85. São Paulo: CEBRAP, 2009. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/acervo/acervo.asp>. Acesso em: 23 out. 2011.

_____. A segunda alma do partido dos trabalhadores. Ed. 88. São Paulo: **CEBRAP**, 2010. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/acervo/acervo.asp>. Acesso em: 23 out. 2011.

SOUZA *et al.* **Sistema de monitoramento & avaliação dos programas esporte e lazer da cidade e segundo tempo do ministério do esporte**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010. 184 p.

SUASSUNA, D. M. F. Políticas Públicas para o Esporte e o Lazer no Brasil (1996-2005). In: SUASSUNA, D. M. F.; Azevedo, Aldo A.(Org.). **Política e lazer: interfaces e perspectivas**. Brasília: thesaurus, 2007.

_____. O programa esporte e lazer da cidade: a política de formação para o trabalho e o papel dos agentes sociais: In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16, CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3, 2009. Salvador. **Anais...** Salvador, 2009. Disponível em: <http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/CONBRACE/XVI/paper/view/1484/7> 81. Acesso em: 03 jan., 2011.

VIEIRA, L. H. S. *et al.* **Estudos sobre a gestão do programa esporte e lazer**. Brasília: Ministério do Esporte, 2011. Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social. Coletânea de Premiados de 2008. Brasília: Ministério do Esporte, 2009.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO ESPORTIVA NA ESCOLA — ATLETA NA ESCOLA: FUNDAMENTOS LÓGICOS E CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS¹

Nadson Santana
Edriane Nascimento
Pedro Fernando Athayde
Fernando Mascarenhas

1. Introdução

A gênese da Educação Física e do Esporte guardam importantes aproximações, sejam espacial ou temporalmente, além de vínculos advindos das condições e motivações históricas que não podem ser negligenciados. Ambos nascem na Europa, no âmbito do projeto de modernidade, imersos na configuração dos Estados-nações, dos sistemas nacionais de ensino e das práticas de divertimento modernas².

1 Este artigo foi publicado na revista *Motrivivência*, v. 27, n. 44, p. 190-206, maio/2015.

2 Há, entretanto, desacordos e/ou divergência sobre o surgimento do esporte. Uma das tendências aponta, por exemplo, que o esporte já existia desde a Antiguidade, identificado em jogos praticados por variados povos (chineses, egípcios, gregos, romanos e outros). Tal entendimento concorre com aquele que localiza seu surgimento entre os séculos XVIII e XIX, no interior da aristocracia europeia, atendendo aos interesses das classes

Já em seu nascedouro, o esporte vinculou-se à Educação Física nas escolas públicas inglesas (*Public Schools*). Por seu turno, expandiu e espraiou-se pelo mundo, tendendo à institucionalização, com códigos, sentidos e significados próprios. Um processo marcado pela aquisição de autonomia, mudando, paulatinamente, de conteúdo de ensino – algo a ser escolarizado – a um conteúdo exclusivo da Educação Física, esportivizando-a (DANTAS Jr., 2008). Todavia a natureza dessa relação tem sido mediada, também, por tensões, conflitos e crises, mesmo porque dizem respeito a universos simbólicos distintos, cujos interesses, por vezes, divergem.

Desse modo, a presença do esporte na escola, mediada pela Educação Física, não é novidade. Oliveira (2009) destaca que o avanço do esporte sobre a Educação Física, no Brasil, se dá por volta dos anos quarenta com a difusão do método “Educação Física Desportiva Generalizada”, criado pelo Instituto Nacional de Esportes da França. De forma institucional, essa relação ganha impulso no âmbito da Ditadura Militar – quando o ‘esporte estudantil’³ passou a ser reconhecido como uma forma de organização do desporto, ao lado do esporte comunitário, militar e classista (MANHÃES, 2002). Todavia, na atualidade, os novos arranjos das políticas esportivas, sobretudo em sua dimensão educacional, tem alimentado – com ingredientes novos – esse relacionamento.

Ademais, a referida relação tem motivado e alimentado, nas Ciências do Esporte, um intenso debate que, em maior ou menor medida, está presente no conjunto da produção do conhecimento da área, nos tempos e espaços de socialização e discussão dessa produção, como é o caso de congressos, simpósios, encontros e seminários. Logo, é reconhecida e debatida a presença histórica do esporte nas escolas brasileiras – tanto como conteúdo de ensino da Educação Física,

dominantes – em consequência de sua riqueza e liberdade, condição que favoreciam o gozo de ócios marcados. Existe, também, uma terceira análise que considera que as transformações sociais de gestação do esporte ocorreram a partir da combinação entre aspectos políticos e normativos, demarcando seus respectivos habitus, o que significaria uma simplificação situar as raízes do esporte exclusivamente no contexto do capitalismo (VAZ, 2008).

3 A expressão ‘esporte estudantil’, usado acima, faz referência ao termo presente na Lei Geral do Esporte de 1975 – Lei nº. 6.521 de 08 de outubro de 1975.

quanto como objeto de políticas esportivas, carregando e mobilizando, portanto, recursos financeiros, materiais e simbólicos.

Uma das expressões do movimento em favor de induzir e dar vazão à discussão sobre o esporte na escola foi a organização, pela revista Movimento, em 2000 e 2001, de uma coletânea de textos que, em torno da seção ‘Temas Polêmicos’, tinham em comum a discussão sobre o ‘Esporte de rendimento e esporte na escola’. Participaram daquele debate Elenor Kunz, Valter Bracht, Adroaldo Gaya e Celi Taffarel no ano de 2000 e Marco Paulo Stigger, Alexandre Vaz e Hugo Lovisolo em 2001. A envergadura e pertinência do conteúdo veiculado pela mencionada revista, naquela ocasião, podem ser atestadas a partir do esforço recente de Stigger e Lovisolo (2009) em reunir os trabalhos em livro, acrescido por novas e curtas reflexões, elaboradas pelos próprios autores.

Além disso, a pouco mais de dez anos, Bracht e Almeida (2003, p. 87) também publicavam um artigo na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, com o título ‘A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física’, cujo objetivo era “[...] discorrer acerca das ligações estabelecidas entre a educação física e a política esportiva no país”. Conforme os autores, o motivo para aquela análise circunscrevia o alardeado movimento ‘pró’ Educação Física presente na sequência do ‘vexame’ brasileiro nas Olimpíadas de Sydney, em 2000, na Austrália. Para eles, tal apelo teve desdobramentos importantes na área: de um lado, a alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.694/96), sobretudo no art. 26, que incluía a palavra ‘obrigatório’ à frente da expressão ‘curricular’; e, por outro, a criação, em junho de 2001, do Programa Esporte na Escola, com a finalidade de desenvolver a Educação Física nas escolas, via valorização das práticas esportivas, fomentando, desse modo, o desenvolvimento do esporte no país.

Já em 2013, em número especial da revista ‘Em Aberto’, os mesmos autores publicizaram outro texto intitulado ‘Esporte, escola e a tensão que os megaeventos esportivos trazem para a Educação Física Escolar’, no qual buscaram refletir sobre os programas e ações que influenciam a Educação Física Escolar, tomando os programas ‘Esporte na Escola’ e ‘Segundo Tempo’ como objetos de análises, assim

como os dois megaeventos esportivos agendados para o país (Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014 e Jogos Rio 2016).

Esse quadro, representado pelo conjunto da produção do conhecimento sobre a temática, tiveram em comum o mérito de descortinar as tensões que marcam essa controversa e ambígua relação, situando, para isso, os conflitos e as articulações entre diretrizes, códigos e princípios que orientam e normatizam os dois setores. Assim, na direção apontada, da necessidade de refletir sobre a presença do esporte na escola, sobretudo a partir dos novos arranjos das políticas esportivas – impactadas pelos megaeventos esportivos – esse estudo pretende analisar o Programa de Formação Esportiva na Escola – *Atleta na Escola*⁴, procurando elucidar as relações e tensões que este tem fomentado na instituição escolar, confrontando seus “eixos de ação” (objetivos) com sua formatação/organização técnico-operacional, localizando-o no arcabouço das políticas nacionais de esporte. Além disso, busca-se entender quais são os interesses e motivações do Estado brasileiro para propor políticas como o ‘*Atleta na Escola*’.

2. Delineamento do Estudo

Diante das problematizações ora apresentadas, o estudo de natureza qualitativa adotou o modelo de análise de políticas sociais formulado por Boschetti (2006; 2009⁵). Entretanto, adaptando-o, frente

4 Um programa do Governo Federal, organizado conjuntamente pelo Ministério da Educação, Ministério do Esporte e Ministério da Defesa em parceria com Estados, Distrito Federal, Municípios, Escolas, Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiro e as Confederações Brasileiras de Atletismo, Judô e Voleibol.

5 A adoção do modelo de análise proposto por Boschetti (2006; 2009) supõe um caminho profícuo no sentido de: a) buscar analisar a política em sua totalidade, a partir da incorporação analítica dos principais aspectos que a constituem; b) revelar o caráter contraditório existente entre as determinações legais e a operacionalização da política social; c) articular tanto os determinantes estruturais que conformam a política social quanto as forças sociais e políticas que agem na sua formulação e execução. Tal modelo sugere, ainda, elementos empíricos de análise para delineamento do quadro institucional que conforma a política ou programa social avaliado: a) os direitos e benefícios estabelecidos e assegurados (concepção da política); b) o financiamento (fontes, montante e gastos); c) gestão (forma de organização) e controle social (participação da sociedade civil).

aos objetivos do trabalho e especificidades da política analisada. Assim, selecionou-se o primeiro aspecto, o qual versa sobre a ‘concepção da política’, priorizando os seguintes indicadores: natureza e tipo dos direitos previstos e/ou implementados; critérios de acesso e permanência; e as formas e mecanismos de articulação com outras políticas.

Nessa direção, os procedimentos metodológicos agregam revisão bibliográfica e pesquisa documental. A primeira envolveu o estudo de obras de referência sobre o tema de investigação, sobretudo, a respeito do processo de delimitação do marco teórico-conceitual. A segunda, a análise dos documentos oficiais divulgados em formato digital na página do portal eletrônico que apresenta e viabiliza a adesão ao programa.

De maneira complementar, utilizou-se, ainda, análise do conteúdo das falas dos ministros do Esporte (Aldo Rebelo⁶) e da Educação (Aloízio Mercadante⁷), além do secretário da Educação Básica (Romeu Caputo⁸) proferidas por ocasião do lançamento do programa ‘*Atleta na Escola*’, em maio de 2013. Seu conteúdo foi divulgado publicamente, em vídeo⁹, no próprio portal do programa – uma fonte documental complementar de grande importância para o estudo.

Quanto à lógica de exposição, realizada uma discussão inicial a fim de situar, brevemente, a relação entre a escola e o esporte no Brasil – bem como o tempo e o espaço que esse debate tem ocupado na área – e apresentado o percurso metodológico do estudo, segue-se uma apresentação sobre o Programa de Formação Esportiva na Escola – considerando sua estrutura e dinâmica. Na sequência, procura-se destacar as antinomias, convergências e tensões na relação esporte/escola mediada pelo Programa *Atleta na Escola*. Para isso, são analisados e discutidos os três “eixos de ação” que orientam o programa, quais sejam: a) Incentivo e democratização das práticas esportivas na escola; b) Desenvolvimento e difusão de valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da Educação Básica; e c) Identificação e orientação de jovens talentos.

6 Ocupou o cargo de Ministro de Esporte no período de 27-10-2011 a 01-01-2015.

7 Ocupou o cargo de Ministro da Educação no período de 24-01-12 a 03-02-2014.

8 Secretário da Educação Básica do Ministério da Educação de 11-01-2013 a 13-02-2014.

9 Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1EKaoUFOIaY>. Acesso em: 27 Ago. 2014.

Ressalva-se que este último é considerado [nesse texto] merecedor de atenção e aprofundamento, uma vez que, além de conferir identidade e conformidade ao programa, tem potencial para impactar a Educação Física Escolar, instrumentalizando-a, conforme sentidos e significados que não são próprios da instituição educacional.

3. Estrutura e dinâmica do Programa Atleta na Escola.

Lançado em maio de 2013, o Programa de Formação Esportiva na Escola – Atleta na Escola, sob a responsabilidade do Ministério da Educação em conjunto com o Ministério do Esporte – vinculado à Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) – e do Ministério da Defesa, tem como objetivos:

- a) *Incentivar a prática esportiva nas escolas;*
- b) *'Democratizar o acesso ao esporte;*
- c) *Desenvolver e difundir valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da Educação Básica;*
- e) *Estimular a formação do atleta escolar;*
- f) *Identificar e orientar jovens talentos¹⁰.*

Ante ao desafio de assegurar o desenvolvimento do programa, o Governo Federal mobilizou parceria entre Estados, Distrito Federal, Municípios, Escolas Públicas e Privadas, Comitês Olímpico e Paralímpico Brasileiro, bem como com as Confederações Brasileiras de Atletismo, Judô e Voleibol, conforme demonstrado no portal do programa¹¹.

Registra-se ainda que, em 2013, o programa estava organizado em função da modalidade esportiva atletismo, sobretudo com atividades de saltos, corrida de resistência e de velocidade. Para o ano de 2014, acrescentaram-se as modalidades olímpicas de judô e voleibol, além do arremesso de peso. As modalidades paralímpicas, incorporadas nesse

10 Informação disponível em: <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>. Acesso em: 25 Ago. 2014.

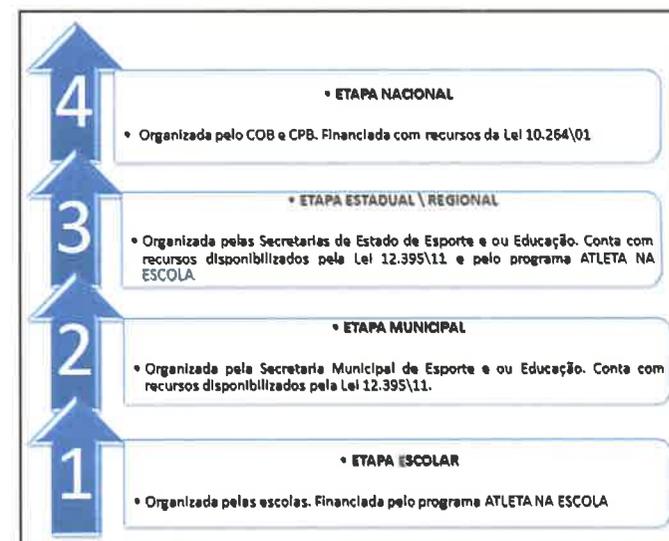
11 O portal do Programa de Formação Esportiva na Escola – Atleta na Escola, disponível na internet, constitui ferramenta que apresenta o programa e viabiliza a adesão por parte das escolas e secretarias de educação interessadas: <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>.

último ano, envolvem o Atletismo Bocha, Futebol de Cinco (deficiência visual), Futebol de Sete (paralisia cerebral), Goalball, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Tênis em Cadeiras de Rodas e Voleibol Sentado.

O programa pretende buscar dois grupos de estudantes, do Ensino Fundamental e Médio, de 12 a 14 anos e de 15 a 17 anos. Para isso, prevê a realização de Jogos Escolares em quatro etapas: a primeira fase na escola; a segunda de caráter municipal-regional; a terceira em nível estadual; e, por fim, a etapa nacional, com a participação dos “alunos-atletas” nos Jogos Escolares da Juventude. Nesta ordem, cada fase é eliminatória e classificatória para a etapa posterior, de modo que só os melhores “atletas” de cada unidade da federação alcançam a competição nacional.

De forma panorâmica, a Figura 01, reproduzida abaixo, apresenta o desenho técnico-operacional dos Jogos Escolares. A imagem, além disso, destaca as fontes de financiamento que custeiam cada fase:

Figura 01 – Fluxograma das etapas de competição dos Jogos Escolares.



Fonte: Ministério do Esporte.

Além dos Jogos Escolares, o programa conta, também, com outra grande ação: a construção dos Centros de Iniciação Esportiva (CEI) – espaço destinado para receber os talentos esportivos identificados na etapa nacional.

A relação esporte e escola arbitrada pelo Programa Atleta na Escola: antinomias, convergências e tensões

Muito embora o esporte não goze de prestígio na agenda governamental, desde o Estado Novo ele vem sendo objeto de atenção por parte do Estado brasileiro, variando segundo os interesses e as necessidades que conformam conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais que marcam a história brasileira.

Parece-nos claro que, no conjunto das ações governamentais, o fenômeno esportivo situa-se antes numa posição marginal frente a setores como o da economia, da saúde, da educação, da habitação. A não ser por razões corporativas, considerando o quadro brasileiro, poder-se-ia reivindicar para o esporte o status de prioridade de ações governamentais. Aliás, em todas as pesquisas de opinião sobre quais os problemas mais sérios e urgentes que deveriam ser enfrentados pelo governo, o esporte não aparece ranqueado. É mais ou menos lugar-comum, portanto, que na ordem de prioridades das ações do poder público o esporte não deva ocupar lugar de destaque. (BRACHT, 2005, p. 81-82).

O papel coadjuvante que o esporte ocupa no contexto das ações de governo, tem relação com a ausência de reconhecimento de seu acesso como um direito social. No entanto, conforme aponta Bracht (2005), há um entendimento sedimentado entre os agentes do setor que o vincula à política e à economia no sentido da integração nacional, da educação cívica, da preservação da saúde da população, da melhoria da qualidade de vida e do oferecimento de oportunidades de lazer e outros.

A despeito do esporte não ser prioridade na agenda pública é fundamental reconhecer que, no contexto dos megaeventos esportivos, isto sofre alterações. Mesmo porque há uma supervalorização de sua dimensão econômica, com investimento estatal na organização do esporte espetáculo, isto é, com o uso do fundo público para a garantia

das condições de produção do esporte como mercadoria. Entretanto, tal política cobra ações de legitimação, o que se constrói a partir do ufanismo patriótico mobilizado pelo esporte e por seus heróis, ou seja, pelos resultados esportivos. Como desdobramentos, tem-se a construção de uma agenda esportiva que coloca ao Brasil a necessidade de alçar lugar de destaque entre as potências esportivas.

Dessa forma, os megaeventos constituem uma chave interpretativa de grande relevância para a análise das recentes políticas esportivas. Mesmo porque são dotados de força normativa, tanto por seu poder simbólico, quanto econômico. Bem como pelo relacionamento com uma série de características do esporte de alto rendimento, que lhes conferem inegavelmente grande apelo popular e adesão apaixonada (BRACHT, ALMEIDA, 2013).

Para o caso do Atleta na Escola, é fundamental, então, considerar tal contexto e, por consequência, a alardeada necessidade de massificação da prática esportiva nas escolas brasileiras.

Desse modo, desde os Jogos Pan-Americanos de 2007, passando pela Copa do Mundo FIFA 2014 até a oficialização da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, assiste-se um movimento em que as políticas esportivas têm sido influenciadas pelo desejo de projetar o país no campo do esporte, da política e da economia. Não obstante, tais eventos esportivos passaram a constituir o princípio organizador da agenda de esporte no Brasil (MASCARENHAS *et al.*, 2014).

Nesta perspectiva, as circunstâncias históricas sobre as quais se edifica o Programa de Formação Esportiva na Escola – Atleta na Escola tem sido caracterizada pela atenção do governo brasileiro para a organização da base de desenvolvimento do esporte¹², buscando revitalizar as práticas esportivas no interior da escola – o que levou Mas-

12 A noção de base de desenvolvimento do esporte tem vínculo com o modelo piramidal esportivo. O qual pressupõe um mecanismo de camadas sobrepostas da base ao topo, pautado pela seletividade e fundamentado na crença de que a quantidade de praticantes seria uma variável independente para se obter a qualidade desejada. De maneira que à Educação Física e ao esporte educacional caberia a responsabilidade de selecionar os mais aptos e habilidosos tendo, portanto, o rendimento como meta e o esporte de massa e escolar como meio (BUENO, 2008).

carenhas (2012) a supor que a cada ciclo olímpico, ainda que com nuances específicas, esse discurso seja reatualizado.

Assim, considerando a necessidade de análise da iniciativa, optou-se, para efeito didático, por uma exposição em torno daquilo que se chamou de “eixos de ação” do programa, cujo conteúdo é traduzido a seguir:

- a) Incentivo e democratização das práticas esportivas na escola;
- b) Desenvolvimento e difusão de valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da Educação Básica;
- c) Identificação e orientação de jovens talentos¹³.

Nessa ordem, os “eixos de ação” sintetizam as diretrizes que norteiam as ações do programa, as quais discutiremos a seguir:

a) Incentivo e democratização das práticas esportivas na escola

Inicialmente cabe reconhecer que o programa em questão é formatado e caracterizado por uma série de eventos, editados conforme a lógica de campeonatos – com provas classificatórias e eliminatórias – pela qual os alunos com melhor desempenho – leia-se performance esportiva – alçam à condição necessária para a participação na etapa subsequente.

Assim, é oportuno problematizar o discurso referente a este “eixo de ação”. A despeito da premissa do incentivo às práticas esportivas nas escolas e da democratização de seu acesso, o programa parece supor que a mera participação dos estudantes na etapa escolar, municipal-regional, estadual e/ou nacional – de caráter eliminatório e classificatório – seja suficiente para estimular as atividades esportivas no interior das escolas, democratizando-as.

Desse modo, há problemas nesse tipo de enunciado. Mesmo porque o incentivo e a própria democratização às atividades espor-

tivas não pode prescindir e/ou negligenciar um processo de educação *com e para* o esporte. Isto é, um processo de formação amplo e complexo, cujas diretrizes, conforme Pires e Silveira (2007), numa perspectiva crítica e criativa de apropriação dos saberes/fazer da cultura esportiva, devem considerar, entre outras possibilidades: a fruição lúdica e prazerosa do jogo esportivo, na forma das diferentes modalidades e possibilidades de experiências no e com o esporte; a aprendizagem social e ética do convívio com o outro, com o diferente, numa perspectiva de reconhecimento e respeito à alteridade; a experiência e educação estética para reconhecer e admirar a plástica dos movimentos no esporte; a satisfação pessoal/subjetiva de enfrentar desafios por meio da prática esportiva, e aprender sobre limites e possibilidades de superação; o conhecimento sobre a dinâmica esportiva, seus códigos, regras, técnicas etc., como praticante e como espectador; e a compreensão crítica dos muitos discursos que perpassam o campo esportivo, inclusive o produzido pela mídia, que tende a se tornar hegemônico e influenciar as demais manifestações culturais do esporte.

Tais prerrogativas, portanto, supõem que o incentivo e democratização às atividades esportivas – ou seja, o objetivo do programa – não pode ser tomado como uma simples atividade ou como um momento isolado do processo que se materializa num evento esportivo, cuja reprodução de signos e valores do esporte de alto rendimento é a referência para sua organização.

Castellani Filho (1999) endossa esse argumento ao alertar que a apropriação do esporte – como princípio para a democratização do acesso – supõe o reconhecimento da existência de um conhecimento esportivo que se configura tanto pelo saber afeto ao fazer esportivo, quanto pela compreensão de seu significado na definição da cultura corporal. Isso requer apreensão/apropriação pelos cidadãos com o objetivo de auferir-lhes autonomia esportiva para que possam, de livre arbítrio, dele se utilizarem seja para a promoção da saúde, seja para o lazer ou então, se assim o desejarem, como instância de trabalho (atleta profissional, técnico esportivo, preparador físico, administrador, cientista, professor).

¹³ Disponível em: <http://atletanaescola.mec.gov.br/programa.html>. Acesso em: 26 Ago. 2014.

Conforme Mascarenhas (2012), tendo em vista a ambição e projeto olímpico do governo brasileiro, voltado para a produção de melhores resultados esportivos, o que está em “jogo” é a massificação da prática do esporte a partir do ambiente escolar, e não sua democratização. A justificativa para tal reside na compreensão de que a quantidade de praticantes constitui uma variável fundamental para se obter a qualidade desejada (BUENO, 2008; CASTELLANI FILHO, 2008).

Tão logo, pelos limites e contradições apontados é imprescindível reconhecer que o discurso em torno do incentivo às práticas esportivas na escola e mesmo a democratização do acesso ao esporte, no âmbito do ‘Atleta na Escola’, tem função de conferir legitimidade ao programa, uma vez que não ressoa como orientação normativa-operacional para o conjunto de suas ações. Nessa direção, ganha relevo a observação de Mascarenhas (2008), chamando atenção para o poder mistificador e avalanche semântica dos discursos que envolvem o direto ao esporte, já que esse efeito falseia e sedimenta a coesão e o consenso que buscam garantir legitimidade ao conjunto das políticas em curso no país.

b) Desenvolvimento e difusão de valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes da Educação Básica

Este segundo “eixo de ação” envolve o desenvolvimento e difusão de valores olímpicos e paralímpicos entre os estudantes do Ensino Básico. Assim como no eixo anterior, a presença desse discurso figura como um elemento que busca legitimar e justificar a iniciativa. O Atleta na Escola supõe que o fomento à prática esportiva, por si só, seja suficiente para a difusão dos referidos valores.

Trata-se, portanto, de outra fragilidade do programa, mesmo porque a socialização de tais valores pressupõe um processo de formação, de educação olímpica, caracterizada como um conjunto de atividades pedagógicas de caráter multidisciplinar e transversal, que tem nos valores olímpicos o eixo integrador (REPPOLD FILHO *et al.*, 2009).

Para Furtada (2007) a educação olímpica – baseada nos valores e ideário olímpico – tem como objetivo a inserção do esporte moderno na rotina escolar, ancorada na filosofia da educação *pelo* esporte, cujo valor fundamental é a ênfase no conceito de desenvolvimento harmônico e integral do ser humano que se desdobra na:

“[...] ideia de esforço pela perfeição humana através da alta performance; atividade esportiva relacionada a princípios éticos como o *fair play* e igualdade de oportunidades, o conceito de paz e boa vontade entre as nações, exemplificadas como respeito e tolerância nas relações entre os indivíduos e a promoção de mudanças para emancipação dentro e através do esporte (RUBIO, 2009, p. 94).

Por isso, é inócuo pensar em um processo de apropriação dos valores olímpicos e paralímpicos mediante uma política de eventos, centrada na identificação de talentos esportivos. Ademais, é fundamental considerar que a inserção dessa dimensão do saber esportivo pressupõe debate e escolhas (seleção de conteúdo) no interior da escola, sobretudo, pelos professores de Educação Física, podendo ou não estar presente no Projeto Político Pedagógico das instituições educacionais, desaconselhando, portanto, uma imposição ministerial.

Outra questão a considerar – e que não pode estar ausente no tratamento destinado à questão – é a mistificação que envolve os valores olímpicos, uma vez que há muito tempo eles cederam lugar aos interesses políticos e econômicos.

É evidente que a ideologia olímpica primordial de manter os Jogos afastados de interesses comerciais não tem nada que ver com as linhas de conduta econômica que tem seguido as últimas edições dos Jogos Olímpicos. A rede de interesses comerciais que tem envolvido o esporte em geral, e o olimpismo em particular, tem-se tornado muito densa em poucos anos. A publicidade de produtos comerciais, o patrocínio dos esportistas que atuam como autênticos agentes das empresas que representam, os contratos comerciais que realizam as federações nacionais e internacionais com as mais variadas empresas, o crescimento espetacular da indústria de equipamentos esportivos, tudo isso em

suma faz o movimento olímpico cada dia mais dependente dos interesses do grande capital. Nesse sentido, o olimpismo se tem convertido não só em um instrumento da política internacional, senão também em um instrumento dos grandes interesses comerciais. (GARCIA FERRANDO, 1990, p. 209).

Assim, eleger a difusão de valores olímpicos e paralímpicos por meio de um programa esportivo só se justifica a partir da idealização do movimento olímpico e, também, da necessidade de conformar a ideia de que toda a população dele se beneficiará, justificando, assim, os gastos públicos no setor.

c) Identificação e orientação de jovens talentos

O terceiro “eixo de ação”, que se traduz na ‘Identificação e orientação de jovens talentos’, constitui a diretriz que caracteriza e dá identidade ao programa, conferindo sua formatação. Entendê-lo requer um esforço para apanhar os contornos adquiridos em função das condições históricas que marcam o esporte na atualidade.

Assim, é elucidativo relacionar o programa em análise com algumas diretrizes apontadas pelo Plano Decenal de Esporte – documento que sistematiza o debate da III Conferência Nacional do Esporte que, não obstante, tematizou os megaeventos esportivos. Nessa direção, fica nítido que o ‘Atleta na Escola’ concorre para a materialização de um dos objetivos destacados no documento, mais especificamente na linha de ‘Esporte de Alto Rendimento’, o qual versa sobre a necessidade de:

Implantar uma política pública que priorize o esporte, da base ao alto rendimento, no âmbito Municipal, Regional, Estadual e Nacional, desenvolvendo a prática de um maior número de modalidades olímpicas, paraolímpicas, não-olímpicas, paradesportivos e surdo-olímpicos, nos Estados e municípios (BRASIL, 2010, p. 01).

Além disso, o referido plano também apontou a necessidade de promoção de eventos esportivos em todos os níveis de governos, tendo

como finalidades a seleção de novos talentos. Desse modo, o “Atleta na Escola” como um programa que busca selecionar os ‘destaques’ nos Jogos Escolares acaba por viabilizar e materializar alguns dos objetivos e metas do Plano Decenal.

A identificação de novos talentos esportivos, portanto, constitui a diretriz normativa e operacional do Estado brasileiro para formular ações como o “Atleta na Escola”. É o que se depreende dos discursos das autoridades que participaram do lançamento do programa. Romeu Caputo, por exemplo, então Secretário da Educação Básica do Ministério da Educação, destacou que a identificação e orientação de jovens talentos são fundamentais para o desenvolvimento do esporte no país e que a educação precisa ser parceira nesse processo a fim de “[...] formar uma base para o Brasil Medalhas’ [...] a base que a gente tanto precisa [...]”¹⁴.

Aldo Rebelo – na ocasião, Ministro do Esporte – endossa o discurso ao chamar a atenção de que:

[...] o alto rendimento só tem futuro se estiver vinculado à escola. Porque as vezes as pessoas ficam discutindo: há mais não tem modelos? Como é o modelo cubano? O modelo americano? O modelo francês de alto rendimento? É um modelo só! Todos eles têm como base a escola. Isso não varia! O que varia é depois que o americano tem uma participação no setor privado, o cubano continua a ser de contribuição do Estado, mas a base permanente, ou seja, onde cada sociedade busca atletas para o alto rendimento é na escola. A escola é a base de tudo!¹⁵

Na mesma ocasião, o Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, fez referência ao sucesso da Jamaica no atletismo, argumentando que o biótipo é importante no esporte de alto rendimento, mas que

14 Discurso de Renato Caputo, proferido em 07/05/2013, por ocasião do lançamento do programa Atleta na Escola. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1EKaoUFOIaY>. Acesso em: 27 Ago. 2014. Transcrito pelo autores.

15 Discurso de Aldo Rebelo, proferido em 07/05/2013, por ocasião do lançamento do programa Atleta na Escola. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1EKaoUFOIaY>. Acesso em: 27 Ago. 2014. Transcrito pelo autores.

“[...] num país com quase 200 milhões de pessoas, seguramente temos biótipo¹⁶”.

Ao lado das observações das autoridades de governo, apresentadas acima, o trecho da reportagem na sequência, cujo conteúdo metafórico sintetiza e sinaliza para o que representa o esforço do Ministério do Esporte e de suas políticas, reforça e elucida o mote que tem orientado as políticas de esporte educacional no país, sobremaneira o programa em análise:

O governo trabalha para garantir o legado material, com construção das instalações olímpicas, e, ainda, consolidar o acesso da população à prática esportiva, com equipamentos de qualidade. Um dos grandes legados olímpicos será a consolidação da Rede Nacional de Treinamento. Na base da pirâmide está a grande massa de crianças e jovens brasileiros cujos talentos são identificados em clubes, programas sociais, como Segundo Tempo/Mais Educação, Segundo Tempo/Forças no Esporte e Programa Esporte e Lazer da Cidade, e no programa Atleta na Escola, que tem a missão de promover a iniciação esportiva. Os programas poderão ser desenvolvidos nos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE)¹⁷.

Por tais razões, endossa-se o entendimento de que o Programa Atleta na Escola é uma política que se inscreve no âmbito da ambição olímpica do governo brasileiro, que tem alegado constantemente a necessidade de viabilizar o desenvolvimento do esporte nacional, a partir do incremento das políticas esportivas educacionais.

É evidente a retomada de uma concepção de esporte educacional e, por consequência, de escola e de Educação Física submissa a códigos e valores da instituição esportiva, na qual a padronização téc-

nica dos gestos esportivos e a exigência de rendimentos atléticos, entre outros elementos passaram a definir os objetivos da prática esportiva educacional (SOUZA Jr., 2001).

Desse modo, o que temos é um Estado interventor e indutor de políticas esportivas em consonância e concordância com o que o campo esportivo, de natureza conservadora, enxerga e entende que deva ser prioritário na política esportiva: o esporte de rendimento, o esporte de representação nacional, que supõe os grandes eventos esportivos (CASTELLANI FILHO, 2008).

Para além das contradições apontadas, é crucial contrapor outra ideia subjacente ao programa, qual seja: a escola como base do esporte nacional. Os argumentos que sustentam tal assertiva se circunscrevem, por um lado, a partir da compreensão de que a escola é lugar de formação humana, construída com base no desenvolvimento do processo de conhecimento, bem como de apreensão da realidade complexa na qual estamos inseridos (CASTELLANI FILHO, 2010, p. 26-27), de modo que:

[...] em raras ocasiões a escola e o esporte comungam sentimentos: o esporte percebendo a escola como espaço de formação humana e não lugar de detecção de talentos esportivos; a escola, reconhecendo a existência de conhecimento no esporte além daquele situado no campo da saber fazer esportivo, estendendo-se aos significados que ele possui no âmbito de nossa cultura e à sua importância na construção de nossa existência.

Portanto, a aproximação da escola com o esporte, no âmbito das políticas educacionais, exige esforços no sentido de superar, pelo menos, duas premissas enraizadas no setor: de um lado requer que o esporte e, por consequência, o setor esportivo deixe de tomar a escola como tempo e espaço de identificação de novos talentos esportivos para alimentar os propósitos do campo esportivo; e, por outro lado, a própria escola, por seu turno, precisa apanhá-lo como elemento constitutivo do processo de escolarização, reconhecendo seu potencial para a formação humana.

16 Discurso de Aloísio Mercadante, proferido em 07/05/2013, por ocasião do lançamento do programa Atleta na Escola. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1EKaoUFOIaY>. Acesso em: 27 Ago. 2014. Transcrito pelo autores.

17 Informação produzida e veiculada no sítio do Ministério do Esporte, cujo título é 'Governo Federal Trabalha de forma articulada para construir o legado esportivo do Rio 2016. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/fique-por-dentro/67-lista-fique-por-dentro/45549-governo-federal-trabalha-de-forma-articulada-para-construir-o-legado-esportivo-do-rio-2016>. Acesso em: 16 Mar. 2014.

4. Considerações

Pelo exposto, é importante destacar que a análise sobre a relação entre esporte e escola demanda aprofundamento de reflexão e capacidade de leitura crítica. Sobretudo porque, por ocasião dos grandes eventos esportivos, a questão ganha notoriedade e importância na agenda nacional, ocupando significativo espaço na mídia, pautando a opinião pública. Assim, para os fins deste estudo, considera-se fundamental recuperar as “questões de partida”, enumeradas na introdução do estudo, as quais auxiliam no encadeamento da análise, a saber: qual o desafio identificado pelo Estado brasileiro para propor políticas como o ‘Atleta na Escola’? Quais aspectos conservam, reeditam e reatualizam no contemporâneo?

Como a pretensão não é de produzir respostas, mas de discutilas à luz do direito social ao esporte, a primeira observação a ser feita circunscreve a presença, no âmbito do programa, de um discurso que busca conferir legitimidade a ação a partir da inserção de novas qualidades e atributos às políticas de esporte educacional, dando a elas um caráter “social”, “formativo” e até “emancipador”. É esse discurso que permite “(re)escalar”, na atualidade, a Educação Física brasileira e, também, a escola para “jogar” como base do esporte nacional.

Assim, em nome do direito social ao esporte – preconizado na Constituição Cidadã de 1988 –, da democratização de seu acesso, do incentivo às práticas esportivas, bem como da difusão e desenvolvimento de valores olímpicos e paralímpicos, o ‘Atleta na Escola’ estimula, incentiva e materializa uma política de eventos e massificação esportiva, cujo fim último é a detecção dos talentos esportivos, permitindo organizar o melhor selecionado brasileiro. Esses são aspectos que distanciam o referido programa da noção de ampliação de direito. Antes, reificam o esporte como privilégio daqueles que portam as habilidades e condições para seu exercício.

Logo, é fundamental reconhecer que há um descompasso entre as bases teórico-conceituais do programa e seu modelo técnico-operacional. O fato é que os “eixos de ação” do programa colocam em xeque o princípio de democratização do esporte, especialmente

no ambiente escolar, de maneira que se no plano do discurso ou da retórica esse princípio chega a manifestar-se, o mesmo não acontece na esfera dos procedimentos para sua efetivação.

Ademais, cabe evidenciar que o estudo da estrutura e dinâmica do Programa Atleta na Escola é elucidativo e emblemático do modo como os grandes eventos esportivos têm impactado as políticas de esporte educacional no Brasil, cujo conteúdo, estratégias de materialização e mesmo a avaliação são orientados pela ambição olímpica que subjaz a organização dos grandes eventos, reatualizando o modelo piramidal esportivo, ao localizar a escola na base da pirâmide.

Esse cenário de colonização do educativo pelo performático traz, de contrabando, outras implicações para a área como aquela que faz do professor um olheiro do Estado, das Federações, das Confederações e dos clubes – limitando sua ação a “separar o joio do trigo”, peneirando novos talentos. Bem como àquela que toma a escola como celeiro de atletas, fazendo dela tempo e espaço de treinamento esportivo. No entanto, considerando a capacidade reativa e o poder refratário dos professores e da escola ante ao projeto olímpico é fundamental vislumbrar a possibilidade de resistência e, por isso, de ressignificação parcial ou total de seus rebatimentos. Que podem, inclusive, ser bem recebidos, dada a escassez de estrutura e materiais no sistema público de ensino. Assim, sua operacionalização fica, então, condicionada à atividade partilhada pelos sujeitos da escola.

A questão que está posta, então, é a instrumentalização da escola, da Educação Física e, sobretudo, das políticas de esporte educacional. Este processo supõe a pseudovalorização da Educação Física e, por consequência, de seus profissionais, além da massificação esportiva, da submissão do esporte educacional aos códigos, valores e regras do alto rendimento – o que faz daquele uma paródia deste.

Em contraposição, advoga-se que o esporte precisa estar na escola, seja por meio das aulas de Educação Física ou mesmo como objeto de políticas esportivas educacionais, mas como um elemento da cultura corporal que precisa ser apreendido, demandando estrutura e organização pedagógica que viabilize seu entendimento, apreensão,

reflexão e reconstrução como conhecimento que constitui o acervo cultural da humanidade – aspectos que implicam a construção de uma forma educacional para o esporte no Brasil.

Por fim, para dar conta destes desafios é fundamental o desenvolvimento de novos estudos que aprofundem a análise dos programas esportivos em curso no país, a fim de construir referenciais para o estabelecimento de políticas públicas comprometidas com a equidade e justiça social, pautadas em uma concepção de esporte e educação como elementos da prática social, pedagógica, cultural e política.

5. Referências

- BOSCHETTI, I. *Dimensões, categorias e indicadores para análise e avaliação de políticas sociais*. Brasília, 2006.
- _____. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.
- BRACHT, V. *Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução*. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.
- BRACHT, V.; ALMEIDA, F. Q. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 87-101, maio 2003.
- _____. Esporte, escola e a tensão que os megaeventos trazem para a Educação Física Escolar. *Em Aberto*, Brasília, v. 26, n. 89, p. 131-143, jan./jun. 2013.
- BRASIL. *Decreto-Lei nº 6251, de 08 de outubro de 1975*. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1975/6251.htm>>. Acesso em: 15 de Ago. 2014.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil/1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 Ago. 2014.
- _____. *Lei de diretrizes e bases da Educação – 9394/1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 Ago. 2014.
- _____. Ministério do Esporte. *III Conferência Nacional de Esporte*: documento final. Brasília: ME, 2010.
- BUENO, L. *Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 2008.
- CASTELLANI FILHO, L. *A Educação Física no sistema educacional brasileiro: percursos, paradoxos e perspectivas*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas, 1999.

- _____. O estado brasileiro e os direitos sociais: o esporte. In: GARCIA, C. C.; HÚNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G. (Orgs.). *Estado, Política e Emancipação Humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais*. Santo André: Apharrabio, 2008.
- _____. Lazer, cultura e educação: reflexões nada aleatórias sob a ótica da educação física. In: MASCARENHAS, F.; LAZZAROTTI FILHO, A. (Orgs.). *Lazer, cultura e educação: contribuições ao debate contemporâneo*. Goiânia: Editora UFG, 2010.
- DANTAS Jr., H. S. A esportivização da educação física no século do espetáculo: reflexões historiográficas. *Revista HISTERDBR On-line*, Campinas, n. 29, p. 215-232, mar. 2008.
- FURTADA, F. M. Educação Olímpica: conceitos e modelos. In: RUBIO, K. (Org.) *Educação Olímpica e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- GARCIA FERRANDO, M. Aspectos sociales del deporte: una reflexión sociológica. Madrid: Alianza, 1990.
- MANHÃES, E. D. *Políticas de esportes no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- MASCARENHAS, F. O Estado brasileiro e os Direitos Sociais: o Lazer. In: GARCIA, C. C.; HÚNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G. (Orgs.). *Estado, Política e Emancipação Humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais*. Santo André: Apharrabio, 2008.
- _____. Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunami. *Movimento*, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 39-67, jan./mar. 2012.
- MASCARENHAS, F. et. al. O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. In: CAPELA, P.; TAVARES, E. (Orgs.) *Megaeventos esportivos: suas consequências, impactos e legados para a América Latina*. Florianópolis: Insular, 2014.
- OLIVEIRA, S. A. *O 'novo' interesse esportivo pela escola e as políticas públicas nacionais*. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação. UFPE. Recife, 2009.
- PIRES, G. L.; SILVEIRA, J. Esporte educacional... existe? Tarefa e Compromisso da Educação Física com o esporte na escola. In: SILVA, M. R. (Org.) *Esporte, educação, estado e sociedade: as políticas públicas em foco*. Chapecó: Argos, 2007.
- REPPOLD FILHO et al (Orgs.). *Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGR, 2009.
- RUBIO, K. Alteridade e cidadania como caminhos para a compreensão da diversidade e do multiculturalismo na Educação Olímpica. In: REPPOLD FILHO et al. (Orgs.). *Olimpismo e Educação Olímpica no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGR, 2009.
- SOUZA Jr., M. A educação física no currículo escolar e o esporte: (im)possibilidade de remediar o recente fracasso esportivo brasileiro. *Pensar a Prática*, v. 4, p. 19-30, jul./jun. 2001.
- STIGGER, M. P.; LOVISOLO, H. (Orgs.) *Esporte de rendimento e esporte na escola*. Campinas: Autores Associados, 2009.
- VAZ, A. F. Teoria crítica do esporte: origens, polêmicas e atualidades. *Esporte e Sociedade*. v. 3, n. 7, 2008.